

MAURICÉIA APARECIDA FERREIRA MAIA

**Educação Patrimonial: debate de conceitos
e interpretações.**

“Patrimônio Cultural – Identidade e Memória” de Conselheiro Lafaiete - MG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Jul. / 2024



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA



MAURICÉIA APARECIDA FERREIRA MAIA

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: DEBATE DE CONCEITOS E INTERPRETAÇÕES
“Patrimônio Cultural – Identidade e Memória” de Conselheiro Lafaiete - MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de História - Curso Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória da Universidade Federal de Uberlândia – Campus Santa Mônica, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Linha de Pesquisa: Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória.

Orientador: Prof. Dr Jean Luiz Neves Abreu

**Uberlândia/MG
2024**

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

M217
2024
Maia, Mauriceia Aparecida Ferreira, 1972-
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: DEBATE DE CONCEITOS E
INTERPRETAÇÕES – [recurso eletrônico] : E-book
“Patrimônio Cultural – Identidade e Memória” de
Conselheiro Lafaiete – MG / Mauriceia Aparecida Ferreira
Maia. - 2024.

Orientadora: Jean Luiz Neves Abreu.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de
Uberlândia, Mestrado Profissional em Ensino de História.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.544>

Inclui bibliografia.

1. História. I. Abreu, Jean Luiz Neves, 1973-,
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia.
Mestrado Profissional em Ensino de História. III.
Título.

CDU: 930

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, 2º piso, Sala 1H50 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
Telefone: (34) 3239-4395 - profhistoria@inhis.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Ensino de História				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Profissional, 18, PPGEH				
Data:	dois de julho de dois mil e vinte e quatro	Hora de início:	19h00	Hora de encerramento:	21h30
Matrícula do Discente:	12212HRN010				
Nome do Discente:	Mauriceia Aparecida Ferreira Maia				
Título do Trabalho:	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: DEBATE DE CONCEITOS E INTERPRETAÇÕES - "Patrimônio Cultural – Identidade e Memória" de Conselheiro Lafaiete - MG				
Área de concentração:	Ensino de História				
Linha de pesquisa:	Saberes históricos em diferentes espaços de memória				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Saberes históricos em espaços de memória: acervos e lugares de memória				

Reuniu-se, por meio de webconferência, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ensino de História, assim composta: Professores Doutores: Jean Luiz Neves Abreu - INHIS/UFU, orientador da candidata; Mara Regina do Nascimento - INHIS/UFU e Luiz Henrique Assis Garcia - UFMG.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. Jean Luiz Neves Abreu, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a candidata:

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Jean Luiz Neves Abreu, Presidente**, em 02/07/2024, às 21:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Henrique Assis Garcia, Usuário Externo**, em 02/07/2024, às 21:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mara Regina do Nascimento, Professor(a) do Magistério Superior**, em 02/07/2024, às 21:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5489873** e o código CRC **628F43B4**.

Dedico essa dissertação aos meus pais Olga Maria Ferreira (*in memoriam*) e Arnaldo Vicente Ferreira, que me ensinaram a pensar no futuro sem esquecer das nossas raízes, com fé, disposição e honestidade. Fizeram minha história ter rumos que só em seus sonhos mais lindos seriam possíveis.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Jean Luiz Neves Abreu, meu orientador nessa jornada de crescimento, pelas valiosas intervenções, condução, incentivo e disponibilidade. À professora Mara Regina do Nascimento, seu olhar e experiência foram fundamentais para alcançar o resultado esperado. Aos professores do ProfHistória/UFU, inspiradores e exemplos de docência com excelência e profissionalismo. À CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela concessão da bolsa de pós-graduação.

Aos meus colegas de turma, de 2022, pessoas ímpares e que, com suas distintas experiências, enriqueceram cada fase desse processo, com amizade e empatia, em especial à Mariane Mundim, pelo acolhimento e guarida nos encontros presenciais, surgindo daí uma amizade para a vida.

Às amigadas pela compreensão nas ausências e pelos gestos de encorajamento que sempre acreditaram e depositaram tanta confiança em minhas investidas, sonhos e voos que almejei, enchendo meu coração de coragem e o espírito de ânimo.

À comunidade escolar onde leciono, Escola Municipal Meridional, principalmente aos estudantes que são o foco profissional para o qual me dedico há mais de 30 anos. Aos servidores e professores da “Meri” e aos servidores do Polo UAB de Lafaiete, pelo companheirismo de sempre. Ao meu diretor professor Heder Dutra e ao Secretário Municipal de Educação de Conselheiro Lafaiete, professor Albano de Souza Tibúrcio, que moveram da minha frente os obstáculos que podiam, acreditando e apoiando esse projeto.

Em especial aos de casa: minhas irmãs e suas famílias, meu marido Sérgio, meu filho Fabrício e minha filha Bruna. Esses me sustentaram quando eu pensava não poder ir mais, Vibraram com cada nota recebida nas atividades. Ouviram-me os lamentos desesperados e as frases repetidas de “não consigo”, devolvendo o sonoro “você consegue sim!”.

Encerro agradecendo a Deus, a Jesus e ao Espírito Santo, bases de minha fé e forças para vencer cada dia, capacitando meu corpo e minha mente para doar o aprendizado que recebi. Aos meus ancestrais, pela existência e resistência!

RESUMO

O presente trabalho propõe trazer ao debate conceitos de patrimônio, apresentar um panorama das ações legais no Brasil em relação aos patrimônios culturais e analisar a Educação Patrimonial e suas implicações, dentro e fora dos espaços formais de educação. Tem-se por proposta, em Educação Patrimonial a partir da leitura crítica, a produção, em formato virtual *e-book*, da cartilha Patrimônio Cultural – Identidade e Memória (2ª ed., 2007), idealizada por mim e publicada pela gestão municipal de Conselheiro Lafaiete – MG, à época como item apresentado e pontuado no programa de “ICMS Patrimônio Cultural”, do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha. A apresentação do material conta com apontamentos voltados aos educadores, visando a ampliação dos conceitos sobre patrimônio cultural, uma síntese sobre as políticas públicas para o patrimônio, como também as possibilidades da Educação Patrimonial na construção dialógica, crítica e reflexiva sobre narrativas, vivências e identidades, percebendo o patrimônio cultural - protegido ou não, pelo governo - e os diferentes espaços de memória como locais de ensino e de aprendizagem, enquanto material para formação continuada aos docentes de História na Educação Básica, local e regional.

Palavras-chaves: Ensino de História. Espaços de memória, Memória e identidade, Educação Patrimonial.

ABSTRACT

This work proposes to bring concepts of heritage to the debate, present an overview of legal actions in Brazil in relation to cultural heritage and analyze Heritage Education and its implications, inside and outside formal educational spaces. The proposal, in Heritage Education based on critical reading, is to produce, in virtual e-book format, the booklet Cultural Heritage – Identity and Memory (2nd ed., 2007), designed by me and published by the municipal management of Counselor Lafaiete – MG, at the time as an item presented and scored in the “ICMS Cultural Heritage” program, of the State Institute of Historical and Artistic Heritage of Minas Gerais – Iepha. The presentation of the material includes notes aimed at educators, aiming to expand concepts about cultural heritage, a synthesis of public policies for heritage, as well as the possibilities of Heritage Education in the dialogic, critical and reflective construction of narratives, experiences and identities , perceiving cultural heritage - protected or not, by the government - and the different spaces of memory as places of teaching and learning, as material for continued training for History teachers in Basic Education, local and regional.

Keywords: History Teaching. Spaces of memory, Memory and identity, Heritage Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: ENSINO DE HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL.....	18
1.1 – Patrimônio de quem? Conceitos e debates sobre o patrimônio cultural e suas dimensões.....	20
1.2 -. Por outras histórias: Ensino de História e a relação com o Patrimônio Cultural.....	28
CAPÍTULO 2: QUEM QUER SABER DISSO? CONCEITOS, NARRATIVAS E POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	33
2.1 – Metodologia e planejamento: Educação Patrimonial e Conhecimento histórico.....	39
2.2 – Patrimônio de Vivências: interpretações necessárias	47
2.3 – Conceitos, espaços e agentes na Educação Patrimonial	49
2.4 – Educação Patrimonial em Minas Gerais.....	51
CAPÍTULO 3: “PATRIMÔNIO CULTURAL – IDENTIDADE E MEMÓRIA” - CONSELHEIRO LAFAIETE - MINAS GERAIS	58
3.1 - Conteúdo e estrutura do e-book Patrimônio Cultural - Identidade e Memória - Conselheiro Lafaiete - Minas Gerais	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS.....	91

INTRODUÇÃO

Quando estudante, as aulas de História não me chamavam a atenção, pois meus professores eram daqueles, das críticas freirianas, professores de “educação bancária”. Exigiam um caderno exemplar, com anotações copiadas do quadro, questionários respondidos identicamente com as respostas replicadas dos livros didáticos. Em compensação, nas férias escolares, convivendo com os familiares no interior mineiro e no sertão pernambucano, solos materno e paterno, respetivamente, as histórias contadas nas cozinhas e nos alpendres eram encantadoras, a ponto de me levarem a ouvir cada vez mais, de imergir nas paisagens imaginárias do passado tão cuidadosamente descritas, como também experimentar lugares reais, apesar dos séculos de existência, repletos de memórias vivas, bordados de poesia e transpirando histórias.

Minha formação no Ensino Médio, nos últimos anos da década de 1980, foi comum aos que viveram na cosmopolita São Paulo: televisão, rádio, bibliotecas públicas e centros culturais. Assim a amálgama de informações se fez com elementos da singularidade memorialista do interior mineiro e seus patrimônios, da árida vida sertaneja do nordestino mesclando o anticonformismo urbano da capital paulistana.

Em algum lugar entre o professor, o livro didático e a sala de aula estavam as narrativas externas e os lugares de memória. As experiências vividas foram fonte transbordante de aprendizado, reflexão crítica e construção de saberes, onde encontrei as razões que me fizeram professora para as séries iniciais, imbuída da motivadora causa social da educação transformadora, tão anunciada pela redemocratização.

Na graduação em Filosofia, na antiga Fundação de Ensino Superior de São João del Rei – FUNREI, atual Universidade Federal de São João del Rei – UFSJ, começaram as primeiras indagações sobre o que seria a História, o que ensinar, para quê e como os professores a sacralizam em suas aulas, assistidas por um corpo discente tão múltiplo, diverso e controverso, principalmente nas redes públicas de ensino. Muitas respostas ainda estão sendo procuradas.

A docência em diferentes níveis de escolarização e a pesquisa histórica estiveram presentes em minhas rotinas profissionais, paralelamente com as funções administrativas de gestão pública municipal nas áreas de Educação, Cultura, Patrimônio e Turismo. Esses campos de conhecimento conversam entre si, são partes indissociáveis da prática humana

em exercer, compreender e registrar sua existência individual e coletiva, no tempo e no espaço.

Inserida no ambiente docente, há mais de trinta anos, minha escolha pelo Mestrado Profissional de Ensino de História, em rede nacional – ProfHistória, pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU é, de modo consciente, a possibilidade que tenho para propor uma contribuição ao ensino de História, dentro e fora do ambiente escolar, com ênfase na área da Educação Patrimonial, em Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, cidade onde resido e trabalho.

O município fica na região central do estado mineiro, vizinho das “cidades históricas”, assim denominadas por manterem a arquitetura colonial e imperial, destacando-se Congonhas, Tiradentes, Mariana, Ouro Preto e São João del Rei, com grande fluxo turístico. Cidades que recebem altos investimentos públicos e privados nos ramos hoteleiros e culturais, alvos prediletos das políticas públicas para preservação e divulgação dos roteiros turísticos perfilados pelos patrimônios e paisagens culturais.

Em Minas Gerais, as atividades municipais de Educação Patrimonial, a partir de 2004, foram estimuladas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha, a estarem nos programas municipais de políticas culturais, com “o objetivo de alargar a consciência da população e de estimular a sua participação nas práticas de preservação” (BIONDINI, CARSALADE, STARLING, 2014, p. 142), exigência do programa estadual de proteção do patrimônio – ICMS Patrimônio Cultural – Política Cultural Local / Quadro I, como mecanismo indutor para o cumprimento das diretrizes nacionais das políticas públicas em prol dos patrimônios materiais e imateriais. Diante disso, havendo a necessidade de material didático para a atuação dos agentes em Educação Patrimonial, dediquei-me às pesquisas e produzi algumas publicações para a rede municipal, sendo que entre elas, a cartilha “Patrimônio Cultural – Identidade e Memória” é a que tem sido, desde então, utilizada na cidade. O *e-book* proposto vem como material atualizado e com reflexões críticas, intencionando substituir a cartilha impressa em uso.

Na esfera nacional a Educação Patrimonial é conceituada pelo Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional da seguinte maneira:

A Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado

socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera-se, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural.

A Constituição Federal, no artigo 158, estabelece as regras da distribuição do ICMS, havendo legislação estadual que regulamenta o repasse aos cofres municipais do referido imposto. No estado de Minas Gerais, a lei que vige é a 18.030 de 12/01/2009, em que o Governo Estadual de Minas Gerais regula os repasses aos municípios participantes do programa, observando as resoluções e deliberações normativas do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural – Conep, sendo o Iepha o órgão estadual que elabora, analisa e avalia os critérios para o repasse financeiro anual às cidades. Na Deliberação Conep 02/2002, no quadro I – Política Cultural Local – a Educação Patrimonial ganhou posto fixo na avaliação estadual e, por conseguinte, as práticas educativas foram direcionadas aos projetos de conscientização e preservação do patrimônio nas escolas, comunidades e grupos organizados, sob o lema “Conhecer para Preservar”.

As escolas foram compreendidas, por muito tempo, como principal e mais promissor local para a execução dessa determinação estadual, podendo, em alguns momentos, conforme a legislação vigente, ser estendida e aplicada em outros ambientes sociais e com públicos não-escolares. É nesse cenário que a disciplina escolar de História tem seu protagonismo e a história local entra como conteúdo das práticas transdisciplinares, pois para que a Educação Patrimonial tenha efeito positivo, conforme estabelecido nas deliberações, é conhecendo os bens que possui, que a comunidade estará consciente de sua responsabilidade em preservá-lo. A história local passa a ser o foco da Educação Patrimonial, observando a cidade em que se vive como espaço/território de práticas humanas em seus diversos segmentos, inculcadas de valores, saberes, memórias, construções, atividades e de escritas que são produzidas a partir das concepções e ações de seus agentes no processo (FUNARI, PELEGRINI, 2006).

Santiago Júnior (2021) afirma que o pensamento sobre a História como fonte de identificação de bens patrimoniais caminha, na instância dos desígnios da gestão pública, para o enaltecimento de heróis, para a feitura de personalidades marcantes, para a conservação de obras que reforcem a estrutura social predominante.

Diante da situação, a partir das deliberações normativas, a produção de um material orientador sobre o patrimônio cultural, destinado para os docentes da rede municipal de ensino da educação básica, foi a possibilidade de auxílio diante dos desafios que ocorriam frente às buscas de fontes historiográficas, nos poucos centros de memória da cidade e nas pesquisas no ensino de História, tendo por meta a construção metodológica para a realização da Educação Patrimonial. Ao nosso entendimento, via de regra, as ações em torno do patrimônio, quando impostas pelos gestores, nascem vazias de metodologias coerentes com a realidade de cada ambiente escolar, tornando-se inócuas, desinteressantes, ficcionais e apresentadas em relatórios meramente burocráticos, perdendo a possibilidade de uma ação educacional com sentido dialógico, democrático, reflexivo e crítico, indo para além das narrativas hegemônicas sociais, na proposta da construção de saberes históricos.

Considerando o plano de ação do município onde consta a formação de agentes docentes e da sociedade civil para as diferentes realizações da Educação Patrimonial, a proposta do material virtual contará com interpretações e reflexões sobre o ensino de História e os conceitos de patrimônio, as ações governamentais tomadas nas esferas de poder global e repercutidas nacional, estadual e municipalmente, bem como as implicações que a Educação Patrimonial acarreta na construção da educação cidadã, nos diferentes espaços de ensino e aprendizagem. Dados sobre a história local, informações culturais e a lista atualizada dos bens protegidos pela municipalidade fará parte do conteúdo, com vistas à informação pontual sobre tombamentos, registros e inventários até a presente data. Sugestões de leituras e atividades fazem do material um incentivo à prática docente, favorecendo a elaboração de roteiros para visitas e pesquisas.

A Educação Patrimonial exige dos educadores reflexões que os capacitem em conceitos específicos e contextualizações sobre patrimonialização dos bens materiais, imateriais, culturais, naturais e de vivências, interseccionando saberes locais e acadêmicos, entendendo a formação continuada como o exercício da função articuladora entre a política pública de preservação dos bens históricos e a prática docente, identificando outras perspectivas no conhecimento histórico, percebendo e ensinando que o valor dos bens ou das coisas está na atribuição que as pessoas dão a elas (SCIFONI, 2022).

No repositório da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes e também nas páginas eletrônicas do Iphan e do Iepha, além de ampla produção acadêmica sobre Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial, percebem-se produções, na sua maioria, focadas na experiência discente. Neste trabalho, o ponto focal é o docente,

traduzindo conceitos já cimentados no cotidiano, dialogando com novas abordagens sobre o ensino de História e a relação com o Patrimônio Cultural, daí a relevância das produções do ProfHistória, substanciando a formação acadêmica e ao mesmo tempo instrumentalizando as práticas docentes.

No primeiro capítulo o ensino de História e o Patrimônio Cultural serão revistos, debatendo conceitos tradicionais e contemporâneos, analisando as relações e dimensões possíveis entre as ações docentes e as de identificação, proteção e difusão dos bens culturais. Para Ricardo Pacheco (2017) os questionamentos sobre o ensino de História abordam não somente o que se ensina, mas com quais objetivos, com quais leituras de mundo, quais instrumentos e, principalmente, como o saber histórico é validado na vida dos estudantes. Em “outras histórias” tem-se a preocupação do raciocínio que leve o docente a compreender diferentes linguagens para leituras e falas do passado que, como exercício reflexivo, perceba e transmita coerência entre a ancestralidade e a vivência. “Assim, o ensino de História, de fato, poderá confrontar-se, como espaço de produção de conhecimentos, a partir da operação intelectual de ler o passado e o presente”. (GIL, TRINDADE, 2014, p.19).

Com a pergunta: Patrimônio de quem?, a provocação é sobre a ação de identificação do patrimônio cultural e seus sujeitos, no tempo e no espaço, como prática política ou de ordem social. Para Maria Cecília Londres Fonseca (2009) o patrimônio cultural é preservado quando visto como prática social, ou seja, alcance um processo de interpretação da Cultura como produção não apenas natural, mas também simbólica, portadora, no caso dos patrimônios nacionais, “de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade” (p. 70).

Pedro Funari e Sandra Pelegrini são referência sobre a patrimonialização no Brasil, narrando o desenvolvimento das políticas públicas para a proteção dos bens históricos e analisando a fragilidade da patrimonialização impositiva:

Por certo, a implementação de políticas patrimoniais deve partir dos anseios da comunidade a ser norteadas pela delimitação democrática dos bens reconhecidos como merecedores de preservação. Mas a seleção dos bens a serem tombados precisa estar integrada aos marcos identitários reconhecidos pela própria comunidade na qual se inserem. (FUNARI, PELEGRINI, 2006, p. 59).

Segundo José Newton Coelho Meneses (2009), é necessário compreender que o processo de patrimonialização, tão presente na sociedade ocidental, é uma construção

moderna com fatores sociais e econômicos, muito estreitados pelo mercado internacional de turismo.

O segundo capítulo aborda a trajetória das políticas públicas para a preservação do patrimônio cultural, no mundo e no Brasil. Visto que, é fundamental ao docente de História compreender que há uma organicidade nos espaços de vivência e que os bens defendidos para a proteção partem de uma seleção direcionada pelos gestores. Essa reflexão está presente em Richard Sennett (1997) e na análise de Maria Cecília Londres Fonseca (2009), problematizando as afirmações políticas que impõem o que proteger ou não.

Conhecer a evolução das propostas preservacionistas deixa de ser uma informação técnica e passa a ter viés crítico quando o pesquisador, em nossa proposta, o docente da Educação Patrimonial, analisa a evolução das percepções do que a humanidade tem por patrimônio e a sua relação com essas percepções.

A patrimonialização que afirma o papel dominante de heranças colonizadoras, patriarcais, conservadoras e elitistas é aquela que mais modela cartilhas e guias prontos de Educação Patrimonial, onde a monumentalização de personagens constituídos de memórias fabricadas em prol de heroísmos civilizatórios é constantemente evocada, sendo aqui abordada criticamente nos debates propostos. Cabem aqui as considerações de Santiago Júnior (2021) sobre os monumentos como artefatos vivos da memória e os debates contemporâneos sobre a observação deles em espaços públicos.

Por ser um exercício de releituras e análises de autores que tratam sobre o Ensino de História, Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial, o caderno temático sobre educação patrimonial, lançado em comemoração aos 86 anos do Iphan, organizado por Átila Bezerra Tolentino e Emanuel Oliveira Braga (2016) conduz essa escrita nas considerações sobre a Educação Patrimonial enquanto política pública e prática docente. Ademais, as teses e dissertações sobre Educação Patrimonial e Ensino de História farão parte do referencial teórico, bem como as reflexões sobre Patrimônio de Vivências e lugares de memória.

Para encerrar o capítulo 2, uma síntese da Lei “Robin Hood” e as deliberações e outras normativas do Conselho Estadual de Patrimônio – CONEP – vinculado ao Iepha/MG, que regem a política cultural e a distribuição do ICMS Patrimônio Cultural de Minas Gerais serão apresentadas com o intuito de fundamentar as ações de Educação Patrimonial nos municípios mineiros. A análise de *O que não é Educação Patrimonial – 5 falácias sobre conceitos e suas práticas* (TOLENTINO, 2016, p. 38 - 47) provoca a

desconstrução das ideias tradicionais presentes em boa parte da literatura metodológica da educação patrimonial.

Finalizando, diante da possibilidade de contribuir para a formação continuada dos docentes municipais, a versão virtual *Patrimônio Cultural – Identidade e Memória* vem apresentar o patrimônio cultural de Conselheiro Lafaiete/MG, sem pretensão redentora, mas estando disponível, aos agentes da educação e aos gestores públicos municipais, como material didático direcionado aos docentes, com conceitos revisados e reflexões sobre Ensino de História, Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial, fornecendo dados históricos e informações sobre a cidade, bem como a lista de bens protegidos pela municipalidade. Apresenta ainda algumas sugestões de leituras acadêmicas aos docentes e atividades para Educação Patrimonial.

CAPÍTULO 1: ENSINO DE HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL

*Ao meu passado
Eu devo o meu saber e a minha ignorância
As minhas necessidades, as minhas relações
A minha cultura e o meu corpo
Que espaço o meu passado deixa para a minha liberdade hoje?
Não sou escrava dele*
(Amarelo, azul e branco. LEE. Rita, ANAVITÓRIA, 2021).

Para Ricardo Pacheco (2017) os questionamentos sobre o ensino de História abordam não somente o que se ensina, mas com quais objetivos, com quais leituras de mundo, quais instrumentos e, principalmente, como o saber histórico é validado na vida dos estudantes. Sua proposta para o ensino de História é que:

De tal maneira, propomos que um currículo contemporâneo para a disciplina escolar de História deva trabalhar com essas três ordens de saberes: as informações históricas, os conceitos próprios das ciências humanas e os procedimentos de coletas e organizações de dados sociais. (PACHECO, 2017, p. 11)

Para que possamos perceber o processo de escolarização da disciplina e sua função política e social, cabe aqui, uma breve exposição sobre as fases do ensino de História no Brasil, com a periodização política a partir da colonização portuguesa.

No período colonial, a educação convertia e disciplinava, estando na responsabilidade da Igreja católica a administração do ensino por meio dos religiosos das ordens e irmandades. Por consequência do processo colonizador, o país herdou a concepção de uma escolarização voltada para a perpetuação do sistema e das relações sociais. Neste período, a escola era lugar privilegiado, de afirmação das construções sociais estabelecidas, onde o saber destinava-se à manutenção do poder hegemônico e a submissão do povo, onde pouca ou nenhuma inovação acessava o ambiente escolar. Docentes compartilhavam entre si os conhecimentos tradicionais e religiosos, com metodologias e práticas didáticas muitas vezes agressivas, para a formação de cidadãos eficientes ao propósito civilizatório eurocêntrico cristão. A temática do ensino de História ficava restrito às histórias bíblicas e aos evangelhos, proibindo os pensamentos filosóficos e reformadores.

No início do século XIX, em decorrência da chegada da Corte Portuguesa na Colônia, dentre outras novas instalações, surgiram prédios voltados para a formação escolar e acadêmica. Logo depois, com a criação do Colégio Dom Pedro II, o Brasil passou a sistematizar o ensino escolar, cabendo à disciplina História selecionar fatos históricos que

explicassem o processo de formação da nação, destacando os povos e as etnias que formaram o “povo brasileiro”, valorizando as grandes navegações, dividindo o país regionalmente, com a nítida intenção de produzir a aceitação de um nacionalismo em torno da Monarquia.

Nas primeiras décadas republicanas, sob a influência escolanovista, Jonathas Serrano assumiu o Colégio Dom Pedro II afirmando que a história é a “mestra da vida”. Para tanto, fazia necessário “a incorporação de técnicas e métodos de ensino modernos de seu tempo que garantiriam um melhor aprendizado do programa curricular” (PACHECO, 2017, p. 14), assim, no pensamento positivista, a disciplina História deveria ser tratada com rigor e método científico.

Na busca de uma nacionalidade brasileira que consolidasse os laços e afirmasse a soberania, o governo do presidente Getúlio Vargas (1930 a 1945) estabeleceu reformas na Educação e implantou políticas culturais que deram à disciplina História, o papel responsável por formar cidadãos ideais aos seus propósitos ditatoriais, populistas e nacionalistas. Com esses objetivos, exploraram o campo dos patrimônios históricos e seus lugares, destacaram os eventos épicos da história brasileira sob a ótica monumentalista, atribuindo ao folclore o elemento estruturador da cultura brasileira. Esses processos realçaram os fatos históricos e desconsideraram as diferenças sociais da população, em prol de uma identidade nacional uniforme. (CHUVA, 2011, p.14)

Visando a formação de mão-de-obra, necessária ao crescimento econômico e à concretização dos planos políticos, o governo ditatorial militar, reduziu as disciplinas humanistas e intensificou, coerente com a pedagogia tecnicista, a formação voltada para o ensino profissionalizante, assegurando formação técnica no ensino médio. A disciplina de Estudos Sociais ficou estabelecida como meio de obtenção dos conhecimentos históricos suficientes para os estudantes brasileiros nas diferentes etapas escolares.

Mediante o avanço do processo de redemocratização, a educação escolar retornou à pauta do governo com discussão ampliada para além da formação técnica no plano nacional, sendo o ensino de História compreendido como fundamental para a reflexão social crítica e para a construção democrática, nos primeiros anos da década de 1980.

Percebemos a evidência do vínculo do ensino de História com os projetos políticos, por conseguinte, dos projetos pedagógicos para a formação escolar brasileira. No entanto, enquanto docentes, entendemos que o ensino de História atual herdou situações problemáticas e enfrenta dilemas novos, tais como o uso das tecnologias e a inclusão digital,

a conscientização das diversidades, as reflexões sobre o mundo globalizado e a identificação dos sujeitos e dos fatos históricos.

Nesse contexto, o docente divide o papel preponderante com os estudantes quando pensamos nas relações estabelecidas nos processos de ensino/aprendizagem, tal qual afirma a pedagogia freiriana de que “não há docência sem discência”. O desafio para o educador está na revisão de suas práticas e conceitos, como também na análise do currículo e sua adaptação diante das possibilidades e aplicabilidade do ensino, seus objetivos e métodos na proposta da ação educativa.

O docente de História, consciente de seu papel social, não naturaliza os conceitos e os fatos históricos, mas os problematiza, desconstrói as narrativas e as apresenta com criticidade, por meio da investigação e da análise dos dados, levando o estudante a um ciclo de reflexões sobre o impacto dos eventos históricos e a realidade de sua vivência. Do mesmo modo, na proposta de Educação Patrimonial, entende-se que “educar para o patrimônio exige pensar em ações educativas que envolvam provocações, esforço de deciframento, exercício do sentir, pensar, imaginar, intuir” (GIL, TRINDADE, 2014, p. 14).

1.1 Patrimônio de quem? Conceitos e debates sobre o patrimônio cultural e suas dimensões.

Dentre os espaços de debate e institucionalização das políticas públicas para o patrimônio, está a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO. Como organização mundial tem regência e atuação nas nações signatárias com debates e diretrizes para, dentre suas pautas, a preservação dos patrimônios, como ocorreu na “Convenção para a proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural” assinada na 17ª Conferência Geral da UNESCO – Paris, 1972. classificando-os em:

Artigo 1º

I - Os monumentos. – Obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

II - Os conjuntos. – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

III - Os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (UNESCO, 1972).

Logo se detecta o atributo “excepcional” como pré-requisito para a classificação de um bem em patrimônio, segundo a definição da UNESCO. Essa constatação traduz um questionamento profundo: o que é excepcionalidade? Sendo subjetiva, quem a interpreta assim? Sendo objetiva, quais os critérios científicos aplicados?

Se de um lado há a determinação da UNESCO para que todos os povos do mundo considerem “as convenções, recomendações e resoluções internacionais existentes no interesse dos bens culturais e naturais” e que demonstrem a importância da salvaguarda de tais bens, únicos e insubstituíveis, “qualquer que seja o povo a que pertençam”, por outro lado temos a consideração, o reconhecimento e o respeito às individualidades de cada povo, como trata José Reginaldo Santos Gonçalves, em *O Patrimônio como categoria de pensamento*:

No entanto, nem todas as sociedades humanas constituem patrimônios com o propósito de acumular e reter os bens reunidos. Muitas são as sociedades cujo processo de acumulação de bens tem como propósito sua redistribuição, ou mesmo sua simples destruição, como é o caso da *kula* trobiandrês e do *potlatch*, no Noroeste americano. (Malinowski, 1976; Mauss, 1974) (GONÇALVES, 2009, p. 25).

Portanto,

O que se precisa focar nessa discussão, penso, é a possibilidade de transitar analiticamente com essa categoria entre diversos mundos sociais e culturais. Em outras palavras: como é possível usar essa noção comparativamente? Em que medida ela pode nos ser útil para entender experiências estranhas à modernidade? (GONÇALVES, 2009, p. 26).

Ainda, os limites das noções de patrimônio cultural usadas pelas agências oficiais de preservação e como tais noções ficam fragilizadas diante dos pressupostos socioculturais diferentes que constituem os patrimônios, vem à tona a discussão sobre as relações que existem entre os patrimônios e os indivíduos e a criatividade individual.

Os patrimônios não dependem exclusivamente da vontade e da atenção consciente e programática de indivíduos, de organizações não-governamentais ou agências do Estado. No processo de reconhecimento oficial de determinados bens como “patrimônios”, quando de sua inserção na esfera pública, ocorre inevitavelmente um trabalho de eliminação das ambiguidades que os caracterizam em sua vida privada. (GONÇALVES, 2019, p. 36).

Outras formas de cultura, as que ficam à margem dos padrões observados nos inventários e relatórios oficiais, são singulares e possuem uma dimensão subjetiva, para além dos domínios dos agentes públicos, tratam-se de ações coletivas construídas por quem as

compreende como identificadoras de seus patrimônios. Os patrimônios nos servem para a percepção de nós, enquanto indivíduos e para situarmos os outros, com as diferenças e singularidades, ou seja, com a representatividade das diversidades que traduzem o ser humano.

Quanto ao “Patrimônio Natural” ressalta-se na “Convenção para a proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural” (Paris, 1972) que é a sociedade que faz o reconhecimento dos atributos dos bens, para então referendar seu valor científico e/ou estético, atribuindo aos sítios à condição de “Patrimônio Natural”. Para tanto, os critérios dispostos no Artigo 2º, mesmo parecendo difusos, genéricos e abrangentes, são requisitos para o inventário dos bens de interesse cultural e natural apresentados ao Comitê do Patrimônio Mundial, quando o país pede sua inscrição na lista do Patrimônio Mundial Natural.

Artigo 2.º

Para fins da presente Convenção serão considerados como patrimônio natural:

I - Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;

II - As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;

III - Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista à ciência, conservação ou beleza natural. (UNESCO, Paris, 1972).

Parques e áreas de proteção ambiental podem ser locais simbólicos e objetos de musealização, como tratam Narloch, Machado e Schein (2019). Porém, a implantação dessa proteção não é um processo isento de contradições. Como via de regra, há interesses e concepções próprios a quem gerencia a ação, por muitas vezes distanciada e fragmentada da população que tem identificação com essa paisagem natural e cultural.

A aguçada observação de Henry Pierre Jeudy contrapõe o senso comum e desafia o leitor a desconstruir seus conceitos sobre patrimonialização. Desmantela as retóricas que justificam a preservação impositiva, acende a furiosa constatação do engodo das políticas de salvaguarda ao afirmar que “a coisa patrimonial tem autonomia de modo que a sua gestão não precisa ser legitimada”. Suas interpretações sobre como o mundo virtual tem sido mecanismo de preservação por meio das cópias ou clones, seguramente próprios aos tempos

tecnológicos vivenciados nesse século, traz contemporaneidade à reflexão (JEUDY, 2005, p. 142).

No pensamento de Jeudy “o futuro do homem continua sempre pensado em referência ao seu passado” e o natural, o primitivo, o selvagem, os originais reaparecem como “signos de uma autenticidade redescoberta. A natureza preservada, cuidada, livre das impurezas dos homens, está destinada a se tornar novamente uma natureza selvagem” (JEUDY, 2005, p.74).

Assim, a preservação dos patrimônios naturais na modernidade, justifica-se como prerrogativa de uma sociedade que quer a flexibilidade do seu passado primitivo, resgatado no futuro. É o medo da perda que gera a conservação.

Segundo Sharon Zukin a evolução do conceito de patrimônio, a partir da década de 1970, “passou de uma apreciação existencial de artefatos materiais, para um complexo processo multidimensional de produção de valor, a partir tanto de edifícios tangíveis como de formas culturais intangíveis”. Sendo assim, a preservação de patrimônios culturais enfrenta problemas políticos no aspecto das ações do Estado em que as contradições são latentes, sendo que de um lado há interesses econômicos na reutilização dos imóveis e na apropriação das tradições com viés turístico, e do outro há grupos preservacionistas lutando pela identificação e legitimação histórico-cultural dos bens e dos agentes do patrimônio (ZUKIN, 2017, p. 25).

Dentre tantas modalidades ou concepções de patrimônio, o de vivências é o que, a nosso ver, traduz as ações humanas em maior amplitude, pois sendo a memória seletiva, construída e constituída de saberes e de experiências, ainda que transmitidas e não empíricas, há na vivência o reforço dos laços identitários, o sentimento de pertencimento e de responsabilidade que tornam as construções simbólicas em patrimônio vivo, mantido, coerente com seus agentes, crenças e costumes (MENESES, 2013).

Substanciando a problematização sobre a Educação Patrimonial como ferramenta didática em prol da preservação do patrimônio, temos a responsabilidade ética da interpretação intelectual, sobretudo com o viver das pessoas, com a materialização das interpretações e a disposição que se faz desse resultado. Importante salientar que a necessidade de inventariar, registrar, tomba e divulgar os bens protegidos é própria dos governos, obtendo na Educação Patrimonial a ação intelectual predileta para contemplar seus objetivos. No entanto, uniformizar as importâncias das construções das memórias, dispor as multiplicidades culturais em um pódio de relevância é reduzir, ao ponto de anular, o

significado das memórias, das experiências e das vidas necessárias para a existência dos bens patrimoniais.

Sendo a cultura um conceito complexo, tudo o que a relacione, também o é. O indivíduo do passado é rememorado culturalmente, no tempo presente as manutenções da sobrevivência dão continuidade àquilo que lhe é simbólico, que é eleito pela dignificação, pela continuidade ou pela ruptura, constituindo no hoje o sujeito histórico que faz a costura das trajetórias temporais, ou seja, é dar historicidade à construção das identidades culturais.

Compreender o patrimônio cultural é um exercício que envolve pensamento integrador e análise de conceitos. Márcia Chuva (2012) tratou sobre a trajetória da noção de patrimônio cultural na esfera pública brasileira, desde seu surgimento até o momento em que organizou a 34ª edição da Revista do Patrimônio – Iphan. Sua contribuição é valiosa no sentido de romper com tratados conceituais e pôr luz à concepção pública de patrimônio cultural.

Sobre a relevância de Mário de Andrade e o surgimento do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Sphan (1937), creditado a ele por meio do seu ante-projeto de política nacional para o patrimônio cultural em 1936, Chuva (2012) pontua algumas considerações que o destromam desse posto, demonstrando que a equipe liderada por Rodrigo Melo Franco de Andrade é a responsável por atender o pedido do ministro Gustavo Capanema, objetivando a criação de um serviço público em prol do patrimônio cultural brasileiro. Reforça, que essa busca fazia parte do projeto nacionalista do presidente Getúlio Vargas, que intensionava tratar a Cultura integralmente, ainda que repleto de contradições, contrapontos e discordâncias, principalmente conceituais sobre patrimônio e cultura, destacando

importantes personagens da história brasileira como Maurício de Nassau, Anita Garibaldi, Bento Gonçalves, Chica da Silva, Tiradentes, Aleijadinho, D. Pedro I e II, Barão de Mauá, Machado de Assis, entre tantos outros” e lugares históricos que “mostram a influência portuguesa e mantêm cenários urbanos ainda bem preservados, palcos de manifestações culturais tradicionais. Têm sua formação relacionada a processos históricos como a exploração econômica com o cultivo de cana de açúcar, algodão, café ou fumo e da extração da borracha, além da mineração de ouro e diamantes no interior.

Para Mário de Andrade a cultura popular era coesa e representada pelo folclore decorrente da constituição étnica das três raças fundadoras da nação brasileira, a saber: o branco português colonizador católico, o negro africano e o indígena autóctone, ambos

colonizados e escravizados, ou seja, convertidos ao cristianismo compulsoriamente. Em seu entendimento, o patrimônio preservado é aquele que se pode proteger pelo tombamento, pela manutenção da estrutura material, representante do processo de formação brasileira, com os elementos da arquitetura de referência excepcional, a exemplo de edificações militares como o Quartel General Farroupilha (Piratini, RS), construções religiosas, dentre elas o Santuário de Bom Jesus de Matozinhos (Congonhas, MG), edifícios civis como o Palácio da Associação Comercial da Bahia (Salvador, BA), equipamentos da engenharia para serviços públicos tal como a Ponte do Imperador (Ivoti, RS). Sendo exemplares de monumentos e obras de arte o Monumento a Dom Pedro I (Rio de Janeiro, RJ) e as pinturas de Portinari (Batatais, SP).

No entanto, o conceito de patrimônio cultural para Rodrigo Melo Franco era diverso ao de Mário de Andrade, no sentido de que o patrimônio seria para além dos bens materiais e monumentos, com alcance nas tradições e nas adaptações da cultura popular, ou seja, há no patrimônio imaterial o fator da essência dinâmica, viva e intangível.

Pelo Decreto 25, de 1937, a definição de patrimônio dada pelo governo brasileiro foi expressa como:

o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (Decreto 25, 1937).

Uma década depois, com a Comissão Nacional do Folclore, dentro do Ministério das Relações Exteriores, reconheceu-se o folclore como saber científico, graças ao avanço das Ciências Sociais e da Antropologia entre os intelectuais. Logo depois, em 1958, o país iniciou uma Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro – CDFB, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, até 1964.

Na década de 1970 o projeto dos intelectuais estava focado na descoberta da originalidade da cultura mestiça e com o destino das tradições nascentes, diante do cenário brasileiro repleto de conflitos sociais, políticos e econômicos. As Ciências Sociais debateram a noção de cultura coesa de Mário de Andrade, logo a ideia de “nação” deu lugar para outros reconhecimentos identitários: religiosos, étnicos, ideológicos e de gênero.

Em 1972, a UNESCO realizou a primeira convenção para tratar do patrimônio mundial, cultural e natural, dentro da Conferência Geral, em Paris. Reconheceu-se a importância da diversidade e ao mesmo tempo instituiu-se a assertiva de que os patrimônios

da humanidade pertencem a todos os povos do mundo, o que foi subscrito por 150 países, classificando os patrimônios em categorias.

A partir de 1975, três frentes se formaram para atuar na proteção do patrimônio cultural brasileiro, cada uma delas com objetivos e conceitos que divergiam e se distanciavam, mesmo fazendo parte da Política Nacional de Cultura e do Plano de Desenvolvimento Social. A frente executiva era formada pela Fundação Nacional de Arte – FUNARTE, dedicada aos projetos do Folclore e da Cultura Popular. O Iphan estava na condução da frente patrimonial que gerenciava as caras restaurações dos bens arquitetônicos do país. Já a frente da valorização era acionada pelo Centro Nacional de Referência Cultural, com viés econômico, pois via nos agentes culturais os produtores dos “bens” culturais com valor comercial.

O pernambucano Aloísio Magalhães, ao assumir a presidência do Iphan, incorporou ao instituto as equipes e os projetos do CNRC, como também outros órgãos da esfera da Cultura, na tentativa de equilibrar as forças e modernizar a proteção dos patrimônios culturais. Deve-se a Aloísio Magalhães a criação da Fundação Nacional Pró-Memória que frente aos desafios “foi necessário forjar um elo entre as diferentes frentes de ação do Estado que, historicamente, estiveram apartadas. O elo encontrado foi a própria figura de Mário de Andrade” (CHUVA, 2012. p. 159).

Décadas após, na Constituição brasileira, de 1988, o Artigo 216, consolidou uma noção ampla e plural da identidade brasileira, trazendo o conceito de patrimônio cultural de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (BRASIL, 1988). Caminhando e difundindo esse pensamento, a obra *O povo brasileiro – A formação e o sentido do Brasil* do mineiro Darcy Ribeiro (1922 - 1997) publicada pela primeira vez em 1995, tratou da origem e da formação dos brasileiros, destacando a multiplicidade de etnias e culturas, expondo a imprecisão de delimitar a identidade como elemento unificador do povo brasileiro.

Ao nosso entendimento, na Educação Patrimonial fundem-se história e cultura, que em plenos debates vai-se lapidando o termo patrimônio histórico para patrimônio cultural, abarcando o patrimônio intangível ou imaterial, amplificando o alcance das multiplicidades que compõem a formação do povo brasileiro, portanto, necessárias à formação docente e aos educandos. Maria Cecília Londres Fonseca (2009) expõe conceitos e interpretações sobre as

tipificações usadas nas ações de patrimonialização e que nos levam a repensar as posturas entre a fala oficial e o entendimento fora da oficialidade.

Para Fonseca, há a necessidade de desmitificar o conceito tradicional de patrimônio histórico e artístico aplicável somente aos bens materiais “edificados, construídos ou produzidos”, como também perceber que a oficialidade compreende como patrimônios, os bens que se associam a eventos marcantes ou personalidades destacadas em narrativas históricas convencionais. Essa posição hegemônica, muito se dá por conta das políticas públicas de tombamento, adotadas por décadas, como recurso eficiente na proteção do patrimônio nacional, ainda que conste na Constituição Federal do Brasil (1988) os bens de natureza imaterial que sejam referência da identidade dos diferentes grupos da formação brasileira,

Não intencionamos reduzir a importância da preservação dos lugares históricos, compreendemos que são simbólicos, correspondem a um corte temporal e local, transmitem valores e padrões que se associam aos domínios sociais. O local é percebido como histórico por ser um espaço de vivências, com sujeitos e ações próprias ao contexto histórico, permeados de aspectos sociais, culturais e econômicos, recebendo os impactos das transformações do ambiente, dos usos e das práticas da sociedade onde estão inseridos. A reflexão necessária aos docentes, principalmente aos que atuam na Educação Patrimonial, é a que constata que os olhos do Estado sobre o patrimônio material tendem a embalsamar o patrimônio defendendo sua permanência estética, conferindo títulos e rótulos, condizentes aos seus intentos, o que muitas vezes desconsidera a identidade que esse bem tem na vivência dos seus habitantes.

Proteger é necessário, mas antes deve acontecer a identificação, o registro, a promoção e a difusão, considerando “que diferentes grupos sociais possam se reconhecer nesse repertório”, adotando mudanças metodológicas que “com o propósito de abrir espaço para a participação da sociedade no processo de construção e apropriação de seu patrimônio cultural” (FONSECA, 2009, p. 67). Se, para ser considerado patrimônio, há de se referendar a identificação do bem e sua relação com os sujeitos, infere-se aí a existência da memória que transfere os saberes e as tradições para as novas gerações, como também a narrativa histórica enquanto condutora dos acontecimentos e informações sobre a trajetória da sociedade.

1.2 Por outras histórias: O Ensino de História e sua relação com o Patrimônio Cultural

O tema “Patrimônio” não é algo novo nos debates acadêmicos, sendo pauta de discussão social há séculos.

Alguns estudiosos enfatizam que o patrimônio moderno deriva, de uma maneira ou de outra, do Antiquariado que, aliás, nunca deixou de existir e continua até hoje, na forma de colecionadores de antiguidades. No entanto, a preocupação com o patrimônio rompe com as próprias bases aristocráticas e privadas do colecionismo, e resulta de uma transformação profunda nas sociedades modernas com o surgimento dos Estados nacionais (FUNARI & PELLEGRINI, 2006, p.13).

As definições sobre patrimônio são muitas, quase sempre enfatizando os termos bens, herança e pertencimento. Segundo José Reginaldo Santos Gonçalves a noção de patrimônio busca, acima de tudo, a identificação dos sujeitos e de seus produtos como patrimônio.

A palavra “patrimônio” está entre as que usamos com mais frequência no cotidiano. Falamos dos patrimônios econômicos, dos patrimônios imobiliários; referimo-nos ao patrimônio econômico e financeiro de uma empresa, de um país, de uma família, de um indivíduo; usamos também a noção de patrimônios culturais, arquitetônicos, históricos, artísticos, etnográficos, ecológicos, genéticos; sem falar nos chamados patrimônios intangíveis, de recente formulação. Não parece haver limite para o processo de qualificação dessa palavra (GONÇALVES, 2005, p. 17).

Ampliando os horizontes na busca de definições sobre patrimônio, encontramos (re)visões e (re)aplicações que se aproximam, quando reconhecem a identificação cultural como fundamental para legitimar a patrimonialização, e que se opõem quanto aos resultados dessa padronização do patrimônio. Primeiramente, é necessário compreender que a utilização do termo patrimônio é ampla, abarcando lugares, edificações, natureza, grupos humanos, manifestações tradicionais, produtos artesanais e sensações vivenciadas coletivamente. Segundo Rolando Dondarini:

Querendo dar uma definição, o patrimônio cultural é o conjunto heterogêneo e multifacetado de legados e recursos nos quais confluem e se sedimentam os personagens, os bens, os valores e os conhecimentos ambientais histórico-artísticos, científicos e ideais coletados e compartilhados pelas comunidades humanas em suas diferentes áreas territoriais. Cabe a elas detectá-lo, conhecer, proteger e valorizar sua presença, tornando-o conhecido, eloquente e utilizável dentro da estrutura mais ampla do patrimônio da Humanidade. (BORGUI & DONDARINI, 2020, p. 26).

Os autores defendem a tese de que as experiências nacionais e internacionais são exitosas para o uso do patrimônio nas conversações, pois enriqueceram os parâmetros das “finalidades, metodologias e instrumentos na perspectiva comum de não se limitarem à tutela, preparação e exibição/exposição dos bens preservados, mas também para utilizá-los para fins educacionais” (BORGUI & DONDARINI, 2020, p.27).

No contexto do ensino de História e a relação da disciplina com a Educação Patrimonial, enquanto mecanismo de aprendizado sobre os bens protegidos, as afirmações de Ivo Mattozzi despertam reflexões sobre a potencialidade do currículo de História, pois:

O professor pode aproveitar essa ligação entre a história e os bens culturais para incluir no currículo estratégias de pesquisa histórico-didática que façam uso dos bens culturais (arquitetônicos, monumentais, de museus, de arquivos...), com o objetivo de orientar os alunos para a produção de conhecimentos que dizem respeito ao território e aos bens culturais. Os processos de ensino e de aprendizagem que incluem bens culturais são relativos ao território e o devem incluir na atividade formativa. Esses produzem conhecimentos históricos com escala local e dão aos alunos a possibilidade de melhor compreender o cenário da sua vida. (MATTOZZI, 2008, p. 137).

O papel dos conhecimentos históricos no estudo sobre o patrimônio cultural constitui-se acima de dados, nomes de lugares e de pessoas, pois há de se problematizar, investigar e refletir, percebendo-as como um conjunto de eventos coletivos, fruto das experiências e relações humanas, portanto complexas e arranjadas na configuração das memórias, narrativas e intenções de determinados grupos sociais, tanto para a preservação quanto para o fim de sua existência.

A compreensão das informações históricas deve superar os desafios dos conceitos prontos e dos jargões rotineiramente percebidos nos textos didáticos. O estudante compreende melhor o que transfere sentido à sua interpretação, ou seja, os conceitos próprios das ciências humanas são referências acadêmicas, que nesse lugar científico tem sentido, porém no contexto educativo, parecem desconexas e impositivas, vazias de sentido e se encerram em si mesmas. Não desqualificamos os termos próprios da ciência histórica, pelo contrário, a reflexão aqui é sobre o uso dos conceitos acadêmicos desde que sejam desconstruídos e reconstruídos em um exercício cognitivo, onde docentes e estudantes compreendem como tais termos foram forjados, seus contextos e aplicações.

Conceitos de tempo e espaço estão no ensino de História e na Educação Patrimonial, relativos à dimensão do “quando e onde” os eventos históricos aconteceram. No entanto, o tempo atual e a história local, pedem atenção da mesma forma que se faz com os recortes

temporais e espaciais. Como ato contínuo, a observação sobre os recortes temporais do antigo/novo ou do anterior/atual também se dá na análise de uma construção social e política, distinta em relação aos diferentes povos que utilizam das métricas temporais. Assim o docente exercita com seus alunos a compreensão do tempo e do espaço como conceitos históricos construídos socialmente, necessários para a compreensão da História e fundamentais para a Educação Patrimonial.

Circe Bittencourt (2011) alerta para o cuidado que devemos ter com os conceitos de história local e história do lugar, compreendendo primeiramente o conceito de espaço desenvolvido pelos geógrafos, pois “a reflexão sobre o espaço é imprescindível para os estudos de história da região ou da história local”, pois cada lugar tem suas características específicas, como também é composto por uma teia de elementos e funções, que o torna singular, mesmo sendo a fração de uma porção territorial maior. O uso do lugar, as relações de produção e a dinâmica social são estruturas que dão significado ao espaço estudado pela História. Na Educação Patrimonial a história local conversa com o lugar, com seus habitantes do passado e do presente, estabelece relações nesse constante processo de uso, transformação, apropriação ou do abandono, desuso e esquecimento, pois também são ações humanas no espaço.

A história local possui um magnetismo diante do público, pois hipoteticamente surge aí um cenário repleto de sobreposições de falas, de movimentos, de fontes que afirmam dados e ecoam informações sobre o que se passou naquele lugar antes do que se é agora. Esse fascínio fica enriquecido pelos memorialistas que atribuem grandiosidade aos feitos e às pessoas, enobrecendo os lugares como resistentes em nome da História. “O encantamento pelo passado e pela passagem do tempo pode se dar de formas diversas, e a história local é uma delas” (REZNIK, 2008), conduzindo assim as reflexões sobre os temas, os objetos, os espaços e territórios, os indivíduos e seus costumes dentro de um sistema cultural que, ao transitar pelas abordagens na educação patrimonial, alcançarão – ou não – a categoria de bem a ser protegido. As fontes então são, por essência, as vozes do passado ecoando no presente. Porém, a fonte fala somente o que o estudioso pergunta, dela sai o que se retira, ou seja, a leitura das fontes e o extrato delas são condicionados ao modo de pesquisar, intrinsecamente ligados à capacidade investigativa do pesquisador

Dos três saberes históricos, defendidos por Pacheco (2017), a organização dos dados sociais merece destaque, no sentido de ser o procedimento que dá caráter científico ao ensino de história. Na ação docente, através de estratégias didáticas, diferentes métodos de coleta

de informações antecedem a sistematização de dados sociais, precedem a percepção e a interpretação das experiências e relações humanas. O uso de materiais didáticos específicos, leituras sobre o tema e o convívio com lugares de memória possibilitam a investigação histórica, proposta que visa o exercício científico nas ações da Educação Patrimonial.

A leitura é fundamental para o aprendizado, diferente de um manual de instruções ou de uma bula de medicamento, a leitura no ensino de História é um ato crítico, associativo e dialógico. Cabe ao docente a escolha dos textos didáticos, do referencial teórico e das leituras complementares ciente dos elementos que constituem tais fontes, como a autoria dos documentos, o contexto dos registros, a função da informação, o suporte utilizado e também a condição de acesso e manipulação. Não menos importante é o professor ter a clara compreensão do potencial da fonte pesquisada, evitando a desmotivação dos alunos e o trabalho inócuo.

Estamos em uma era onde a imagem estática ou em movimento corre o mundo por meio da rede tecnológica, sendo as produções de vídeos – amadores ou profissionais – um recurso tecnológico intensamente presente na vida da sociedade contemporânea. Como recurso didático, os filmes são indicados em diversas situações de ensino com considerável aproveitamento, desde que o docente aplique as mesmas observações e critérios que faz com as fontes de pesquisa. A estratégia de exibição de um filme para os alunos, exige do educador o domínio das múltiplas linguagens presentes nessa produção, como também dar relevância para a narrativa social, o ponto focal da produção, a intenção de público como consumidor da obra, as críticas e afirmativas, os custos da produção e o alcance do resultado proposto.

Ainda como recursos do ensino de História na Educação Patrimonial, temos as visitas aos museus, espaços culturais e outros lugares de memória o recurso mais recorrente nas estratégias docentes, onde o tempo é um dos fatores observáveis materialmente, portanto, predileto para a Educação Patrimonial. Segundo tipologia museológica, discutida por Ulpiano de Meneses, o “museu histórico deve operar com problemas históricos, isto é, problemas que dizem respeito à dinâmica na vida das sociedades”, cabendo ao docente selecionar este espaço para visitar considerando o arranjo das informações ali disponíveis, com criticidade para desenvolver nos estudos a leitura do local, a ordenação temporal, a relação entre os objetos expostos e os sujeitos históricos, o discurso social, político e cultural desse espaço de visitação, podendo ou não, transportar e relativizar com as vivências de quem o visita (MENESES, 1994).

Sobre o ensino de História e sua relação com a Educação Patrimonial, percebe-se que há um estreitamento nas ações pedagógicas que fazem com que o patrimônio cultural seja tratado, no senso comum, como exclusivamente próprio da disciplina escolar História. Todavia, há a interdisciplinaridade com outras áreas do conhecimento, necessárias à compreensão dos saberes históricos, para a conscientização social dos alunos sobre a cultura e sua relação com a vida.

CAPÍTULO 2 - QUEM QUER SABER DISSO? CONCEITOS, NARRATIVAS E POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A Educação Patrimonial é um campo bastante amplo, assim perguntamos qual o papel da História frente às ações educativas para o patrimônio, quais as etapas pedagógicas são coerentes coma construção do conhecimento e por fim, quais as relações existentes entre marcas do passado, território, bens culturais e o patrimônio. Mattozzi responde sucintamente que:

a história é a disciplina que tem a finalidade de produzir conhecimentos sobre aspectos, fatos e processos do passado, mediante procedimentos regulados e controláveis e operações cognitivas e práticas de organização das informações e dos conhecimentos. (MATTOZZI, 2008, p. 139).

Desta forma, a gradativa introdução dos conhecimentos históricos se faz mediante a evolução curricular e o desenvolvimento dos estudantes, considerando que estes:

dispõem de capacidade de realizar as operações cognitivas exigidas pelo viver cotidiano, então podemos arquitetar uma fase curricular em que se formam as disposições ao estudo da história. (...) O importante é que os conhecimentos sejam organizados para que sejam significativos para os estudantes; isto é, que respondam a problemas formulados ou compartilhados pelos discentes e que sejam usáveis para compreender o mundo atual e os outros conhecimentos históricos. (MATTOZZI, 2008, p. 140 -142).

Teoricamente a Educação Patrimonial utiliza dos bens culturais para ensinar História e vice-versa, pelo fato de que “permite dar consistência às informações e abstrações dos textos históricos e porque constrói a percepção e a visão histórica do território e do mundo”. O objetivo, no contexto por ele proposto, é o de gerar sentido, conhecimento e respeito ao patrimônio, estabelecidos por uma relação compartilhada entre os gestores dos bens, as instituições que os tutelam e as que os estudam. “A relação deveria ser caracterizada pelo contato direto com os bens, pela fruição cognitiva e estética, pela descoberta do valor simbólico e afetivo” (MATOZZI, 2008, p. 149). Com maior criticidade, na escrita de Simone Scipioni ressaltando a problematização da educação patrimonial no Brasil, como em José Newton Coelho Meneses (2009, 2015), temos a fundamentação e a coerência necessárias aos docentes para refletir sobre o patrimônio cultural e as leituras sociais no Ensino da História consoante à Educação Patrimonial, em que,

(...) constata-se que na educação patrimonial tradicional vigora amplamente essa mentalidade autorizada que está entranhada na forma do “conhecer para preservar”, uma ideia fora do tempo, conforme assinado anteriormente (SCIFONI, 2019). O trabalho educativo torna-se, nessa perspectiva tradicional, mera divulgação do que foi eleito pelo Estado, reproduzindo discursos e a memória do poder, um espelho que é parcial, desigual e, portanto, distorcido da sociedade. Romper com a mentalidade autorizada é papel de uma nova pedagogia do patrimônio que se proponha a ser crítica. É um exercício diário de reflexão e questionamento sobre o que é patrimônio e o que é possível falar sobre ele, tornando esse ato comunicativo um processo crítico, dialógico e, portanto, político. (SCIFONI, 2022, p. 3).

Uma nova proposta para a Educação Patrimonial, diversamente ao que percebia-se, há anos, ao modelo tradicional, passou a existir no país, a partir de mudanças estruturais no Iphan, desde 2006, além da realização de eventos organizados pelo instituto com intuito de conseguir uma construção coletiva para a pedagogia do patrimônio. Para tanto, o Iphan adotou três importantes marcos:

em 2014, a publicação do Iphan intitulada Educação Patrimonial: Histórico, Conceitos e Processos, que apresentava novos princípios educativos; a portaria Iphan no 137/2016, que estabeleceu as diretrizes para a educação patrimonial no país; e a publicação, em 2016, do Inventário Participativo. Manual de Aplicação, uma ferramenta para embasar novas ações de identificação estimulando a autonomia dos grupos sociais. (SCIFONI, 2022, p. 3).

Estabelecendo um diálogo entre Educação Básica e Salvaguarda de Patrimônio, encontramos na Educação Patrimonial o ponto congruente, no qual balizamos a discussão proposta. Tatiana Dantas Marchette (2016, p. 89.) conceitua Educação Patrimonial como “um processo de aprendizagem que se realiza mediante a utilização dos bens culturais de natureza material e imaterial, como recursos educacionais.”

Essa ideia não é recente, pois o conceito de inserir conhecimento cultural na prática educativa é anterior ao uso do termo técnico “Educação Patrimonial”, a exemplo das visitas aos museus com grupos de alunos ou excursões às localidades urbanas ou rurais com paisagens preservadas, ou ainda a pesquisa ou observação sistemática a eventos tradicionais com a finalidade de redigir sobre determinado tema cultural.

A preocupação com os patrimônios culturais brasileiros, após a criação do Sphan (1937), hoje Iphan, foi propulsora de medidas preservacionistas, na intenção da normatização e legalização em prol da arquitetura, das artes, da história e do folclore, catalogando, registrando e defendendo com o rigor da lei a manutenção dos bens eleitos

como representantes da cultura nacional. Nesse sentido, nas décadas de 1950 e 1960, vividas no cenário mundial de pós-guerra, percebeu-se um crescimento das regulamentações sobre a preservação sistemática dos conjuntos arquitetônicos, do tombamento de imóveis e sítios históricos, compreendidos como patrimônio cultural da humanidade, sob a perspectiva da UNESCO.

Nos anos da década de 1970, o Brasil, em pleno governo militar, viu-se profundamente emaranhado em questionamentos sobre a identidade e cultura nacional diante do desenvolvimento, ou da falta deste, nas áreas da economia, educação, comunicação e cultura, dentre outros aspectos da vida brasileira. Intelectuais e professores, principalmente das universidades, conviviam com pensadores de outras nacionalidades que colocaram à mesa as ciências sociais, as questões antropológicas e pedagógicas, investigando a cultura nacional – sujeitos, objetos e interações. Outros conceitos emergiram em políticas internacionais para o patrimônio, a partir da aprovação da Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, em Paris, 1972, na Assembleia Geral da UNESCO, sendo ratificada pelo Brasil em 1978.

Sem dúvida, a ampliação do conceito de cidadania – o que implica reconhecimento dos “direitos humanos” de diferentes grupos que compõem uma sociedade, entre eles o direito à memória, ao acesso à cultura e à liberdade de criar, como também reconhecimento de que produzir e consumir cultura são fatores fundamentais para o desenvolvimento da personalidade e da sociabilidade – veio contribuir para que o enfoque da questão do patrimônio fosse ampliado para além da questão do que é “nacional”, beneficiando-se do aporte de compor como a Antropologia, a Sociologia, a Estética e a História. (FONSECA, 2009, p. 76).

Órgãos públicos foram criados para gerenciar o tratamento dado ao patrimônio cultural, tema latente em encontros, fóruns e seminários realizados pelo país sob a tutela do Iphan, do Ministério da Educação e Cultura - MEC, do Ministério das Relações Exteriores e, no sentido da produção de renda, pelo Ministério da Indústria e Comércio.

O Iphan, tendo por base as experiências do Conselho Nacional de Registros Culturais – CNRC , implantou o Projeto Interação (1981 a 1986) com a proposta de aliar a educação às práticas preservacionistas e à valorização da diversidade cultural, discutindo relações entre educação e cultura, como também buscou ampliar a compreensão sobre a cultura no sentido antropológico, ou seja, dava ênfase aos saberes e aos fazeres tradicionais dentro do ambiente escolar, permeados aos conteúdos programáticos. A atuação do projeto

Interação se deu preferencialmente em ambientes periféricos, com populações ribeirinhas, habitantes de ocupações nos seringais e emaldeias das regiões norte, nordeste e centro-oeste.

Em sintonia com o ideário do CNRC, o Projeto Interação contestava a uniformidade e homogeneização em favor do reconhecimento das diferenças culturais e defendia uma metodologia de trabalho baseada na observação direta e no acompanhamento técnico periódico das experiências educacionais desenvolvidas. Em parceria com secretarias municipais, estaduais e territoriais de educação e/ou cultura, universidades, centros de estudos e pesquisas, grupos de teatro amador e associações de moradores, o Projeto Interação consistiu num exemplo concreto e, em larga medida, precursor dos atuais paradigmas de gestão pública que caracterizam as articulações entre Estado e sociedade civil. (Iphan, 2014, p. 11).

Quando do Seminário de Comemoração dos 33 anos do Projeto Interação, em 2014, o Iphan resumiu a definição de seu projeto:

O Projeto Interação, realizado entre os anos 1981 e 1986, surgiu de uma proposta da Secretaria de Cultura do MEC e teve como finalidade o apoio a ações marcadas pela participação da comunidade e dos professores em todos os níveis dos processos educacionais; pela produção de alternativas pedagógicas e seus respectivos métodos e materiais didáticos; e pela inserção de novos conteúdos pautados no fortalecimento das referências culturais, assumindo que o processo educacional é mais amplo do que a escolarização e não se restringe ao espaço da escola.

Percebemos então, que anterior ao uso técnico do termo “Educação Patrimonial”, pontuado por muitos pesquisadores como decorrente da publicação do Guia *básico de Educação Patrimonial* (HORTA, et al., 1996) pelo Iphan, já havia interações da educação com o patrimônio cultural, ocupando diferentes espaços sociais e de memória. Essa atribuição, costumeiramente dada ao Guia, se deve, segundo Demarchi (2016), por ser uma obra amplamente divulgada e que, com o advento da mídia eletrônica, tornou-se de fácil acesso na internet, como também por ser um documento de viés didático com propostas metodológicas sugeridas, além de chancelado pelo Estado e ecoado por décadas como ferramenta eficiente na ação educativa diante de bens protegidos.

Mesmo com essas características, discute-se na academia, se o *Guia Básico de Educação Patrimonial* (HORTA, GRUNBERG, MONTEIRO, 1996) - comentado logo a frente - deva ser considerado o introdutor do termo Educação Patrimonial, ainda que apresente-se como um tratado pioneiro na ação educativa para o patrimônio, pois trouxe contribuições necessárias à época, atendendo ao objetivo proposto que era o de

instrumentalizar, teórica e didaticamente, os agentes culturais, gestores públicos e educadores em prol do patrimônio. O contraponto que alimenta o debate é que conceitos, dados e termos utilizados pelas autoras, são percebidos hoje como conflituosos e equivocados. Por exemplo, dizer que foi exclusividade de Mário de Andrade a iniciativa do projeto que deu origem ao decreto 25/1937, isentando a participação de uma equipe intelectual liderada por Rodrigo Melo Franco de Andrade, como também afirmar que a população precisa ser “conscientizada” ou “alfabetizada culturalmente” incorrendo nas falácias de inconsciência ou analfabetismo culturais da população. Ou ainda que, sobre o patrimônio cultural, seria necessário “conhecer para preservar”, condicionando a proteção dos patrimônios ao acesso às informações formuladas pela agência educadora previamente, desconsiderando a relação de identidade inerente ao reconhecimento do bem como substancial.

Sobre Educação Patrimonial é “necessário avançar na reflexão para superar ideias obsoletas” (DEMARCHI, 2016, p. 272), assim entendemos que, ao adotarmos uma agenda de reflexão e discussão crítica acerca do que se tem produzido e realizado no campo da educação patrimonial, objetivando avanços e novas possibilidades de atuação, como encontros, fóruns e seminários organizados e executados pelas universidades, em parceria com as entidades civis organizadas e o poder público, caminhamos para a superação profissional dos docentes, possibilitando que estejam cientes da dinâmica que rege as mudanças nos conceitos de patrimônio cultural como também de educação patrimonial. Salientamos que o Iphan tem em suas ações a formação *stricto sensu* em mestrado profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, promovendo a evolução nos debates e na construção democrática da Educação Patrimonial, enquanto assessora políticas públicas e fomenta a formação continuada aos docentes.

Consultando o sítio eletrônico do Iphan, encontramos a aba de Patrimônio Cultural. Acionando essa aba aparece o direcionamento de outras abas, inclusive para a Educação Patrimonial, que por sua vez, ao ser acionada fornece acesso ao banco de informações sobre Ações e Projetos, Casas do Patrimônio, Publicações, Textos e Artigos. Merece destaque, nesse banco de textos, a monografia de Cléo Alves Pinto de Oliveira (2011), *Educação Patrimonial no Iphan*, para obtenção do título de Especialista em Gestão Pública, pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP. Esse trabalho contribui, significativamente para a compreensão das ações do Iphan frente a Educação Patrimonial, concluindo que:

(...) existe em toda a trajetória do Iphan um grande descompasso entre a importância da educação patrimonial enunciada e as ações realizadas nesse sentido. Deve-se, porém, admitir que, a partir de 2004, importantes iniciativas foram executadas para diminuir esse hiato, com a criação da Ceduc, a discussão coletiva sobre a educação patrimonial e a implementação das Casas do Patrimônio. (...) A educação patrimonial não é, por si só, a solução para a preservação do patrimônio cultural, porém, indiscutivelmente, é um dos aspectos fundamentais para que isso aconteça. O Iphan tem o dever, e a possibilidade, de enfrentar esse desafio. (OLIVEIRA, 2011, p. 66 – 68).

Um contraponto importante tem sido apresentado pelos trabalhos produzidos no âmbito do ProfHistória, contribuindo com excelência para a formação de docentes cientes do potencial que é a temática do patrimônio para o ensino de História. Ao pesquisar os títulos das dissertações no repositório do ProfHistória, a partir de 2016, encontramos 817 dissertações com o tema Ensino de História, 195 trabalharam com o tema Cultura, 128 abordaram o Patrimônio, 87 tratam da Educação Patrimonial e 23 dissertam sobre os lugares de memória. Outras produções também estão acessíveis no repositório, tais como os e-books, sendo possível aprofundarmos os debates sobre o Ensino de História e a Educação Patrimonial. No portal da Capes, buscando por produções do ProfHistória referentes à Educação Patrimonial, tem-se 152 dissertações nacionais.

Nesse universo tão vasto e rico de produções acadêmicas focadas no exercício docente, as centenas de dissertações que aludem ao Ensino de História e a Educação Patrimonial, deparamos com textos relatando descrições de experiências e aulas em campo, sequências didáticas, debates entre autores e tantas outras contribuições ao longo desses anos, que necessitaríamos de um tempo imensamente maior, o que não dispomos no momento. No entanto, selecionamos as dissertações abaixo como proposições que colaboram em nosso debate.

Em 2016, o professor Jorge Luiz de Medeiros Bezerra – ProfHistória- UFT defendeu a dissertação *Educação Patrimonial: novas perspectivas para o ensino de História*, apresentando pressupostos didáticos para a educação patrimonial, tendo por laboratório a visita dos alunos ao Mercado Público Municipal de Araguaína – Tocantins e a significação do aprendizado em formato didático de exposição, com intensa interação da comunidade escolar sobre as descobertas dos estudantes (BEZERRA, 2016).

Já os docentes, agora mestres pelo ProfHistória- UFPA, Ronilson de Oliveira Souza e Rosângela de Oliveira Duarte - produziram suas dissertações com o mesmo tema - o movimento da Balaiada, no nordeste brasileiro - considerando pontos focais distintos, porém

consonantes, sendo a história local, e os lugares de memória, respectivamente, suas falas sobre o uso do patrimônio cultural como arcabouço para o ensino de história, história pública e a educação patrimonial, instrumento eficiente com os alunos de suas escolas (SOUZA, 2020; DUARTE, 2020).

Dentre os trabalhos premiados nacionalmente, destaca-se o estudo do professor Fábio Diego Quintanilha Magalhães Maia – ProfHistória-UERJ, que apresentou o ensino de história no contexto da aula-passeio no percurso histórico do Quintal dos Pescadores, no estado do Rio de Janeiro, com reflexões profundas de combate aos preconceitos e discriminações construídas historicamente, finalizando com a doação de quatro propostas de sequências didáticas (MAIA, 2021).

2.1 - Metodologia e planejamento: Educação Patrimonial e conhecimento histórico

Carmem Zeli de Vargas Gil (2014) desperta-nos à responsabilidade do docente de História, ao afirmar que a disciplina se apresenta como uma operação intelectual para produzir inteligibilidades ao passado, citando o francês Pierre Nora (1993):

(...) história e memória guardam entre si íntimas relações, porém também se opõem. Memória é o processo vivido em constante movimento, “um elo vivido no eterno presente” (p.9). Múltipla, diversa e plural, a memória emerge do indivíduo e da coletividade. A História, por sua vez, é a reconstrução incompleta daquilo que não existe mais, uma representação do passado ou uma operação intelectual comprometida com a problematização, a crítica e a reflexão. (GIL, 2014, p. 44).

Mais do que tratar do estudo do passado, a História deixou, há muito, de ser uma disciplina memorialista construtora de narrativas concentradas em patamares hierarquizantes, traçando linhas temporais norteadoras de eventos épicos e também de estabelecer pódio para personalidades e acontecimentos, fetichizando lugares em nome da preservação. O estudo da História busca o inteligível nas relações humanas, a construção das sociedades, as interpretações dos pontos de vista dos grupos humanos envolvidos nas dinâmicas sociais, as diferenças como elemento interpretativo e não como definidor, enfim, a História é a ciência dos homens no tempo, como definiu Marc Bloch. (BLOCH, 1987, p. 88).

História e tempo estão associados, talqual educação e cultura, sendo que a identidade e a memória são elementos importantes nesse processo de associação e de compreensão dos

conceitos sobre patrimônio cultural. Nessa perspectiva, o Ensino de História ocupa lugar de destaque na execução das práticas educativas para a promoção do patrimônio cultural, comumente vista como disciplina responsável pela valoração histórica às obras de arte, lugares, pessoas, acontecimentos, costumes e fazeres, configurando o rol dos bens de interesse de preservação à humanidade.

No entanto, a História enquanto ciência segue métodos, desenvolve teorias e conceitos que interrelacionam saberes, concatenando sujeitos, dados e interpretações, abrindo espaço para lugares de fala, posicionamentos, exposições e interpretações, e acima de tudo, dando luz às diversidades de crenças, saberes, pensamentos e vivências. Assim se espera que o Ensino de História contribua para as concepções educacionais do Estado nas ações educativas em patrimônio:

(...) com a ampliação da concepção patrimonial para abranger os elementos intangíveis da cultura, o entendimento de educação para o patrimônio expandiu-se incomensuravelmente, exigindo reflexões que abarquem novos métodos e agentes, diferentes materiais, didáticas inovadoras e, principalmente, um posicionamento político-pedagógico adequado aos anseios da população ou dela emergentes. (SOUZA, THOMPSON, 2016, p. 14).

Enquanto a proteção aos patrimônios materiais esteve por muito tempo na pauta dos governos, instituindo meios de proteção e divulgação, quer seja pelo mecanismo do tombamento, quer seja pela adoção de legislação protetiva, os patrimônios intangíveis receberam atenção há poucas décadas. O principal meio legal de proteção dos patrimônios imateriais ou intangíveis é o registro. Anterior ao registro, o bem é inventariado por técnicos de diferentes áreas, documentado em diferentes formatos, analisado por comissões e entidades locais que corroboram para a apresentação do referido bem ao órgão público que fará seu registro no livro determinado à sua tipologia. Os inventários têm por objetivo principal a criação e atualização de um banco de dados que viabilize a valorização e a salvaguarda do bem em questão. Além de contribuir para o planejamento de ações de pesquisa, fruição de conhecimento e potencialidades, também provê informações à Educação Patrimonial. É necessário salientar que o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI, criado em 2004, tem por entendimento que:

A salvaguarda dos bens culturais imateriais só é viável, efetivamente, com o envolvimento dos segmentos sociais que cultivam o bem, com respaldo e consentimento das bases sociais envolvidas. Sem as bases sociais, o bem cultural não subsiste seja como prática ou referência. Nesse contexto, as

ações de salvaguarda apoiam-se em diretrizes básicas e estão organizadas segundo a produção de inventários e registros, além do apoio e fomento que visam garantir o status e o suporte econômico das atividades e práticas vinculadas ao Patrimônio Imaterial Brasileiro.

As diretrizes têm como pilares a documentação e a produção de conhecimento que abordam o patrimônio cultural no contexto social e territorial onde se desenvolve, contemplando as condições sociais, materiais e ambientais que permitem sua manutenção e reprodução. (Iphan, 2016).

O ensino de História tem na Educação Patrimonial o espaço para a reflexão crítica do sujeito frente aos patrimônios em diferentes posicionamentos, dentre eles está a questão identitária. Para além do estranhamento e do reconhecimento, busca-se pela aceitação, pelo respeito às diferenças, pela empatia e pela ressignificação dos saberes e das vivências. O pertencimento não é um agrupamento ou uma “alfabetização cultural”, fora disso, é o auto-reconhecimento de seu protagonismo cultural. Compreendemos assim, que ensinar sobre o patrimônio é um exercício cognitivo de que há outras formas de existência humana e de culturas que expressam seus distintos modos de viver, de crer, de manifestar, enfim, há outros patrimônios que dizem mais do que se observa superficialmente, que são significativos para a humanidade.

Analisando as diretrizes brasileiras para o patrimônio, percebemos que os valores históricos, arquitetônico, artístico e cultural foram vinculados às tomadas de decisões políticas e econômicas, constantemente atreladas ao Turismo global. Tais valores transformaram tradições em atrativos e lugares em roteiros, patrimonializando massivamente a História e a Cultura, sendo conveniente apagar ou omitir as memórias e os lugares que traduzam opressão, crueldade, submissão e outras maneiras próprias da luta de classes. Felizmente esse cenário encontra-se em rearranjo, com a contribuição de debates técnicos e acadêmicos nos lugares de memória, nos espaços públicos de Educação, na gestão democrática, no incentivo à produção de conhecimento por órgãos públicos, associações e entidades civis, dentre outras estruturas.

O projeto de uma ação em Educação Patrimonial pressupõe a postura investigativa do docente, porém, sem a rigidez autoritária de quem controla a formulação do conhecimento, se fazendo ouvido e dando lugar de voz, abrindo possibilidades de formulação e problematizações coerentes às potencialidades dos alunos, adequando linguagens, inovando quando possível e também utilizando recursos presentes na realidade escolar, buscando soluções de acesso às fontes e aos locais de pesquisa, dialogando com

outras disciplinas, explorando os saberes e as vivências da comunidade diante do patrimônio cultural.

Nesse contexto, o docente pensa, em seu planejamento “de forma realizável, eficiente, com certa sequência lógica de ações com base em experiências já previamente analisadas”, isto é, para o projeto de Educação Patrimonial, o professor “deve fazer uso de ferramentas operacionais para qualificar sua atuação profissional e ampliar sua criatividade” (PACHECO, 2017, p. 71).

Metodicamente, a instrução de Maria de Lourdes Parreiras Horta (2003) é de que o projeto pedagógico para a Educação Patrimonial deva ocorrer em quatro etapas sequenciais, podendo sobrepor quando necessário, sendo: observação, registro, exploração e significação. Desmembrando as etapas, temos na observação o primeiro momento do aluno com o objeto cultural. O olhar do estudante terá a lente da sua perspectiva social, com significados inerentes à sua experiência com o bem cultural observado.

A etapa seguinte é o registro, onde espera-se que o aluno expresse sua observação do patrimônio. Essa etapa é fundamental para o resultado esperado, pois é quando o observador se coloca na relação com o observado. Há nesse diálogo a troca de informações próprias do estudante conforme sua vivência, refletindo a ausência de familiaridade ou o contrário, demonstrando sua interação com o patrimônio cultural. Do objeto estudado o aluno perceberá para além dos dados oficiais, emergindo significados e valores sociais implícitos, até então. Essa conversa com o objeto se faz com a mediação do docente, de modo estimulador e científico.

Na exploração as ações objetivam a compreensão e a interação entre os discentes, com troca de informações obtidas no registro. Necessário ao docente a interação com as impressões dos alunos e a exposição dos dados técnicos. O uso de recursos tecnológicos é recorrente nessa fase, dando dinâmica e atualização ao debate, desde que haja capacidade técnica do professor para gerir habilmente as ferramentas.

Sobre as tecnologias, nosso cotidiano está repleto de ferramentas informatizadas, meios de comunicação via satélite e inovadores recursos de inteligência artificial. Tais dispositivos incrementam as pesquisas escolares com a facilidade de acesso aos conteúdos e a infinita possibilidade de resultados, enquanto comprometem a qualidade da informação e inspiram cautela por parte de seus usuários. Uma das áreas do conhecimento que observa com criticidade o uso de tais tecnologias é o ensino de História, frente ao imediatismo das informações instantâneas, facilidade da manipulação dos dados, sons e imagens e pela

disseminação intencional de inverdades. Nesse sentido, a atualização do currículo escolar de História incorpora também a análise das informações históricas obtidas por essas fontes, para além dos saberes históricos e das práticas docentes.

Encerrando as etapas, têm-se na apropriação dos resultados a síntese da ação educativa para o patrimônio, fase de significação da cultura como objeto social ao estudante, com a percepção de novas leituras e por desdobramento, outros olhares e novas compreensões sobre objetos e sujeitos no contexto histórico e social. As atividades de conclusão da ação educativa para o patrimônio, como exposições de cartazes, maquetes ou outros modos de materializar o resultado, devem celebrar o acesso e a difusão do conhecimento cultural, demonstrar as diversidades de patrimônios e instigar nos alunos a busca por mais saberes.

Ou seja, as ações de educação patrimonial, por serem claramente uma proposta de sensibilização que articula um amplo conjunto de saberes, conceitos e habilidades interdisciplinares, facilitam a tarefa de formação integral do aluno (PACHECO, 2017, p 88).

Para fora dos muros escolares, os lugares de memória onde a Educação Patrimonial pode acontecer, são repletos de informações, sendo que umas estão claramente expostas e outras, ficam na leitura crítica. Nas orientações das agências nacionais e internacionais que zelam pelos patrimônios e redigem cartilhas ou similares para a Educação Patrimonial, os lugares de memória são espaços propícios e eficientes à prática educativa para o Patrimônio, no entanto, Marchette, citando Nora, chama a atenção para a conscientização docente de que:

(...) os lugares de memória como museus, arquivos, coleções, cemitérios, monumentos, santuários etc. têm pouco relevo nas sociedades globalizadas. Neles, o que se expõem são formas passadas que não têm mais influência ou representatividade no presente, pois se transformaram em redutos artificiais da memória, não demonstrando nitidamente a relação entre vivência e experiência e se restringindo a um determinado uso (MARCHETTE, 2016, p. 45).

Compreende-se então que a memória ao ser construída por símbolos, significativos àquela sociedade, como também pelas experiências vividas, faz-se seletiva e dependente dos sujeitos e das disputas de suas narrativas para sobreviver do passado, podendo estar em documentos, monumentos, locais de memória ou instrumentalizada em manifestações individuais e coletivas, conscientes ou não.

Segundo Le Goff (1996), a memória é um elemento essencial da identidade individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje. Para muitos povos, a memória é um artifício fundamental para a sobrevivência e perpetuação de suas tradições. (...) A memória adquire um papel importante, posto que, construída a partir de uma seletividade, torna-se também um resultado das disputas pelo sentido da história. (MULLER, WILDNER, CALLAI, 2020, p.75).

Pela escrita, a memória socializa e rege a chegada de novos saberes, eterniza o passado e capacita a humanidade a conservar e relembrar experiências, vivências e informações relacionadas ao seu passado, como partes de um processo, onde cada indivíduo pode interagir com seu meio e comunicar suas memórias. Para além do registro escrito, o uso da voz, das artes, dos ofícios, das linguagens são veículos transmissores de memórias. Assim, a memória também pode ser utilizada para (re)construir os fatos históricos a partir de ressignificações individuais (OLIVEIRA, TOLEDO, SILVEIRA, 2020, p. 273).

Os museus são elencados, por sua definição e função, como os espaços de memória preferidos para ações educativas.

Pode-se enfatizar que a didática da História proporciona uma gama de possibilidades para a socialização do conhecimento histórico. São os mais variados objetos que contribuem de forma efetiva na transmissão e na socialização desse conhecimento, como jornais, televisão e museus. Dentro desse universo, existem como proposta didática e metodológica os monumentos históricos, que trazem a memória de fatos históricos. (BEZERRA, 2016, p. 31).

Apresentam-se como espaços privilegiados onde os patrimônios são observados, analisados e eficientes à identificação dos atores ali presentes, para além da história oficial, ainda que subliminarmente, de modo reflexivo e indireto, percebidos na construção histórica e cultural. Miriam Hermeto e Gabriela Dias de Oliveira (2009) salientam que os museus foram ressignificados, com processos de apropriação cultural, deixando de serem depósitos de acervos e coleções para exercerem práticas sociais, “pois nesse novo quadro, a relação entre o museu e a educação se reapresenta de maneira bastante contundente, e bem diferente de como foi posta nas origens da instituição museológica e experimentada até a década de setenta do século XX.” (HERMETO, OLIVEIRA, 2009, p. 91).

Para além da preservação documental nos lugares de memória, a partir da década de 1930, os governos internacionais e o brasileiro passaram a preocupar-se com os monumentos, privilegiando os mecanismos de proteção para essa tipologia de bem

patrimonial com os tombamentos. Os monumentos foram defendidos como documentos, a serem lidos e internalizados como remanescentes dos tempos, sobreviventes às condições agressivas que incidiram sobre eles, testemunhas edificadas das intenções, em diferentes naturezas construtivas.

Todo documento necessita ser desmontado para ser reconstituído, como um quebra-cabeça, a fim de evidenciar tanto o detalhe quanto o todo, isto é, o acontecimento em si e a construção narrativa da sociedade que o produziu. (MARCHETTE, 2016, p. 42).

Os monumentos urbanos existentes foram percebidos e os novos foram concebidos sob a ótica de marcos públicos, sinalizando a urbanidade, destacando o moderno em memória ao passado. Os referenciais históricos, como heróis e fatos relevantes a uma determinada parcela da sociedade, tornaram-se ícones não somente na paisagem citadina, mas como norteadores de ideologias, representativos em seus discursos múltiplos. O estudo dos monumentos e dos movimentos iconoclastas:

permite ao historiador dialogar com as demandas atuantes no espaço público, realçando passados não resolvidos e ampliando a temporalidade do presente. Quando enfrenta o tempo presente, o historiador exerce uma função central: abre os elementos de passado atuantes no agora para um novo entendimento. (JUNIOR, 2017, p. 95)

Paisagens urbanas são expoentes civilizatórios, nelas delimitam-se territórios e os usos permitidos ou característicos que cada sociedade. As posturas governamentais de preservar os jardins e prédios públicos, as praças centrais e os templos demonstram a preocupação de endossar, externar e cultuar a ordem predominante, geralmente referendando perfis da classe política, econômica e religiosa dos dominadores em detrimento dos submetidos. O olhar para a arquitetura como patrimônio cultural estimula a criticidade e provoca posicionamento, tendo em vista que o processo educativo para o patrimônio se orienta pelo exercício da cidadania e para o entendimento das construções sociais, das afirmações identitárias conscientes e das práticas de salvaguarda dos patrimônios significativos individuais e coletivos. Ao reforçar laços de identidade e de pertencimento, compreendemos que a arte acompanha a educação e o patrimônio em suas linguagens e formatos, nas diversidades, pluralidades e vivências.

Nesse sentido, é imprescindível compreender que as Identidades estão intensamente conexas a questões de classe social, gênero, etnia, raça, sexualidade, faixa etária, mas também à relação do sujeito com a Cidade,

Estado, Patrimônio social e cultural, âmbito no qual o sujeito desenvolve o sentimento de Pertencimento ao espaço no qual se constitui um cidadão. (p. 104)

Enquanto política pública, a Educação Patrimonial está nos programas e projetos nacionais há algumas décadas, ainda que como uma ação complementar ou sugerida para que o patrimônio cultural fosse apresentado à população, dentro da abordagem determinada pelo governo. Assim a Lei Ordinária 378, de 13.01.1937, criou o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tendo em suas diretrizes a proposta de fazer com que o povo brasileiro tivesse na cultura seu referencial.

A Constituição Federal (1988) preconiza a obrigatoriedade da realização da Educação Patrimonial de modo colaborativo, devendo ter a atuação conjunta entre governo e sociedade.

A Educação Patrimonial tem se mostrado um dos mecanismos mais interessantes para a formação de cidadãos conscientes dos valores históricos e culturais, pois promove um olhar crítico sobre a história e a memória, tendo como balizas os significados políticos e culturais da preservação do patrimônio. (MARCHETTE, p. 43).

Ainda o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan – afirma que a Educação Patrimonial é instituída por processos educativos formais e não formais, focando o patrimônio cultural apropriado socialmente, como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. (Iphan, 2016).

Rodrigo Manoel Dias da Silva (2016) afirma que, no início da inserção da Educação Patrimonial na Educação Pública brasileira, havia a tônica dos interesses políticos diversos, orquestrando objetivos econômicos ou ideológicos, revestindo o imaginário nacional característico das produções modernistas. Diante das ressignificações de patrimônio e das práticas educativas, como também das novas linguagens e abordagens políticas na Educação Básica, pode-se afirmar que,

Hoje, porém, novas produções discursivas, dinâmicas sociais e relações de poder passam a estabelecer parâmetros diferenciados para as formas jurídicas que organizam as políticas, igualmente ressignificando os conteúdos e as práticas que lhe constituem. Nesta paisagem, temáticas como diversidade cultural, reconhecimento, pluralidade e diferença passam a compor novos vocabulários institucionais e vão modificando dispositivos e pressupostos normativos presentes nos delineamentos de tais políticas. (SILVA, 2016, p. 468).

A Educação Patrimonial encontra nos bens materiais e imateriais o seu cabedal didático, nos territórios e lugares de memória o ambiente a ser explorado, na história oral o enredo investigativo, bem como nas manifestações culturais a apreciação das tradições sem, no entanto, distanciar-se do presente, das vivências de cada indivíduo, conectando o ontem ao hoje, de modo reflexivo e transformador, tanto no ambiente escolar quanto fora dele. Reconhecer que todos os povos produzem cultura e que cada um tem uma forma diferente de se expressar é aceitar a diversidade cultural. Este conceito nos permite ter uma visão mais ampla do processo histórico, reconhecendo que não existem culturas mais importantes do que outras.

O Brasil é um país pluricultural que deve esta característica ao conjunto de etnias que o formaram e à extensão do seu território. (HORTA, 1999. p.6).

2.2 Patrimônio de Vivências: interpretações necessárias.

A palavra vivência tem sido usada para expressar, dentre outros entendimentos, a experiência vivida coletivamente, na aplicação do conceito de patrimônio. Mas traduzir vivências na prática da Educação Patrimonial é um desafio que o docente de História enfrenta, necessitando de articulação conceitual e possibilidades empíricas.

O patrimônio cultural, por vezes, é arranjado em prateleiras antagonistas: popular e erudito, sagrado e profano, folclórico e clássico, de pobre e de rico, do povo e da elite, entre outros. No entanto, entendemos que o patrimônio de vivências não deva se submeter às categorizações comuns aos rotuladores, pois se reconhece as vivências nas expressões do povo como o falar, o vestir, o espiritualizar, e ainda como manifesta suas referências ancestrais, como educa as crianças, que valores constituem os padrões comportamentais.

Sobre o patrimônio de vivências, Fonseca (2009) afirma que o modo de viver, de sobreviver e a manutenção do conhecimento tradicional adaptam-se para que as novas gerações tenham elementos culturais suficientes para reconhecer-se com dignidade, orgulho cultural e principalmente identidade, alertando ainda sobre o uso das vivências como atração turística, provocando a desagregação do patrimônio cultural, desassociando o simbolismo das práticas que só têm sentido ao povo que as reproduzem, e ainda que há de se perceber o viés mercadológico e publicitário para a cadeia turística predatória.

Entendemos que a globalização e a aculturação, presentes nos meios de comunicação em massa, propõem novos olhares sobre cultura (VARGAS, 2014) e novos debates e conceitos sobre patrimônio (SOUZA, THOMPSON, 2016), daí a preocupação da Educação

Patrimonial em desvelar as vivências e propor a audiência para que os mestres, detentores de saberes, comunidades tradicionais e demais agentes possam ter lugar nesta sociedade contemporânea.

Perceber quais são os patrimônios de vivências em nosso entorno, demanda observação e leitura crítica social. A guisa de exemplo, os costumes entre amigos de apelidar e nomear uns aos outros pelos laços familiares ou lugar de origem, os cabelos penteados propriamente às ocasiões e costumes das matrizes africanas, as brincadeiras de rua, as cantigas, os cumprimentos em acenos e gestos constituem repertório vasto e que nutre os simbolismos presentes na memória de um povo.

Considerando que a trajetória da Educação Patrimonial nos leva a despertar um olhar mais cuidadoso e crítico, observar posturas de pertencimento e identidade, como também na ação promotora de cultura e de diversidade, ao mesmo tempo em que reflete e apresenta os movimentos históricos presentes naquele ambiente/território, como razão dos bens e das ações patrimonializadas e vivenciadas, entendemos que:

Nas escolas, o ensino de História vem ampliando as reflexões pertinentes à identidade nacional e ao patrimônio cultural, em parte por força da legislação atual, a LDB, os PCN's, as Diretrizes Curriculares dos Cursos de História e, mais recentemente, a Matriz Curricular do Exame Nacional de Ingresso na Carreira Docente para o Curso de Pedagogia, que salientam a importância do estudo do patrimônio cultural. (...) Aos historiadores educadores, cabe não só constatar quais são os lugares de memória, mas explicitar a forma como tal memória é construída e, como isso, debater e refletir sobre em que consiste a memória, indo além de sua valorização. (GIL, 2014, p. 44, 45).

Tal qual a memória, a identidade é uma construção social, possui signos e elementos que constroem a estrutura do indivíduo, e quando coletivizada, encontra significado e aplicação em sua vivência. Segundo Beerbaum, Battisti e Zucheto (2020, p. 103-116), as identidades são conexas às questões de classe social, gênero, etnia, raça, sexualidade, faixa etária e consciência cidadã. Assim, no ensino escolar de formação integral, é fundamental exercitar os conceitos de identidade, pertencimento, patrimônio e cidadania.

De acordo com Meneses a memória social é resultante da autoconsciência do sujeito, quando este compreende que seu patrimônio cultural pessoal é também um patrimônio coletivo, que a sua cultura tem relação com os demais sujeitos que se identificam em um “modo de viver valoroso que ninguém quer perder” Assim, o valor do bem como patrimônio

tem mais a ver com o sentimento de herança, de legado, de identidade do que com as considerações acadêmicas. “É urgente que as interpretações do patrimônio incorporem, no processo interpretativo, as vivências e os viventes” (MENESES, 2013, p. 2 e 7).

Ainda, considerando a contribuição de Meneses ao debate sobre patrimonialização imaterial, o autor prefere nomear de “patrimônio vivencial”, refletindo sobre a metodologia adotado pelos gestores públicos para salvaguardar essa categoria de patrimônio. O problema que isso tem trazido é que este repertório metodológico tem ignorado a grande capacidade das sociedades de memorizarem seletivamente seus bens identitários e, mais que isso de vivenciá-los e integrá-los em sua economia de forma a cultivá-los vivos e sem riscos iminente de perda. (2013, p. 13).

2.3 Conceitos, espaços e agentes na Educação Patrimonial

À luz dos conceitos de Patrimônio e de Educação Patrimonial, partimos agora para a análise dos conceitos, espaços e agentes caracterizados nas propostas de Educação Patrimonial, citando, inicialmente Maria de Lourdes Parreira Horta, referência nas produções do Iphan, direcionadas aos docentes, sendo dela a orientação de que:

A metodologia da Educação Patrimonial pode ser um instrumento valioso para o trabalho pedagógico dentro e fora da escola, Para alcançar a multiplicação das ideias e conceitos propostos neste campo da Educação baseada no Patrimônio Cultural é importante que se faça um treinamento com os agentes que irão desenvolver este trabalho nas escolas, nas associações de bairros, ou em qualquer espaço ou grupo social que se pretenda sensibilizar (HORTA, 1999. p. 1).

O trecho acima consta no documento, que à época, foi direcionado aos docentes/agentes participantes das oficinas de Educação Patrimonial, com vistas à multiplicação do método proposto pelo Iphan para a formação desses profissionais, contendo um roteiro de atividades e modelos de abordagens disciplinares e objetos para o desenvolvimento das aulas e visitas. “*Conhecer para preservar*” foi por muito tempo o *slogan* desse projeto de formação dos educadores para o patrimônio. Mas afinal, o objeto desse projeto seria a reprodução ou formação? Quais narrativas prevalecem? Quais lugares, vozes e corpos se identificam como patrimônio? Lugares de memórias e monumentos reforçam ou inquietam os posicionamentos? Como o Ensino de História era percebido nesse projeto?

História: os objetos patrimoniais e os edifícios e centros históricos, os sítios arqueológicos e paisagísticos podem refletir a maior parte da História

do Brasil e do mundo. Os objetos e monumentos do passado são a **evidência concreta** da **continuidade** e da **mudança** dos **processos culturais**. A comparação da própria casa com as casas do passado pode dar aos alunos a compreensão de como os estilos e modos de vida das sociedades mudam ao longo do tempo. (HORTA, p. 6 , grifo da autora).

Didaticamente a História, ali compreendida, se limitava à memorização e reprodução de entendimentos consolidados na materialidade, na absorção do pensamento eurocêntrico da valorização estética dos estilos arquitetônicos, como também na linearidade e na classificação dos padrões, de modo que a comparação entre as classes sociais fosse sutilmente acolhida e encaminhava os alunos a memorizar as informações, fortalecendo a narrativa de um conhecimento histórico, na verdade acrítico e suficiente para responsabilizá-lo pela conservação do patrimônio eleito pelos gestores.

Ao conhecer as cidades-patrimônios brasileiras, encontramos o elenco dos lugares em que a gestão governamental definiu o mérito da preservação e a aplicação de recursos públicos para sua manutenção, tanto no rol nacional quanto no internacional, tutelado pela UNESCO. A questão se dá na significância desse título e das implicações decorrentes a ele, pois o Turismo motiva a patrimonialização dos lugares, das gentes, das crenças e de tudo que puder ser transvestido de histórico e cultural para fermentar o mercado de roteiros e circuitos. Os governos vislumbram o crescimento econômico decorrente do turismo e praticam modelos pasteurizados de patrimonialização, ditando práticas preservacionistas, dentre elas a Educação Patrimonial, sem no entanto, dialogar com a população, desconsiderando as memórias coletivas, os signos presentes, afirmando que o acesso à materialização das pesquisas, aos guias e cartilhas de patrimônio é suficiente para que o sujeito queira preservar.

A partir de 2007, o Iphan tem em seu organograma a Coordenação de Educação Patrimonial - Ceduc – órgão responsável pela orientação das práticas educativas para o patrimônio, atuando com programas e formações de agentes culturais, educadores e estudantes. São importantes ações que visam a capacitação, o debate e o acesso às comunicações e produções técnicas, dentre elas destacam-se os programas: Mais Cultura nas Escolas, Mais Educação e Extensão Universitária – ProEA.

Outra ação decorrente dos debates ocorridos sistematicamente entre a população, os agentes culturais e os técnicos do Iphan, foi a criação das Casas do Patrimônio (2006). Espaço que recebeu e consolidou ações positivas para a Educação Patrimonial:

O resultado das discussões veio a público na Oficina para Capacitação em Educação Patrimonial e Fomento a Projetos Culturais nas Casas do Patrimônio, ocorrida em Pirenópolis (GO), em 2008, em que as diretrizes gerais foram debatidas e consolidadas. No ano seguinte, ocorreu o 1º Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio, em Nova Olinda (CE), resultando na formulação da Carta de Nova Olinda. (Iphan – site)

Fortalecendo a pauta, ocorreram encontros nacionais e internacionais promovidos pelo Iphan e apoiados por instituições de ensino superior e gestores públicos, com ênfase na Educação Patrimonial, para além da prática escolar, alcançando espaços universitários, como o Encontro ProExt – Extensão Universitária na Preservação do Patrimônio Cultural – Práticas e Reflexões, em Ouro Preto / MG, em 2013.

Em decorrência das observações e reivindicações da população sobre a ação do Iphan diante dos bens protegidos e, mesmo assim, ameaçados pela má conservação, desuso e abandono, o órgão publicou a “Carta ao Cidadão”, em 2014. Neste documento, o Iphan compromete-se com maior apoio à pesquisa e a Educação, promovendo a instalação do Centro Lúcio Costa, ampliando o Programa Educativo do Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular e a valorização da Educação Patrimonial em nível de especialização e formação continuada.

Considerando a participação pública em todos os processos de preservação dos bens culturais referenciais, surge a publicação de *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*, em 2014. Este caderno contribui com reflexões críticas sobre o papel mediador do Estado nos processos de preservação, envolvendo a comunidade para além das práticas culturais, reconhecendo seu valor enquanto agente complexo que detém o saber, difunde e adapta as formas de existir e de viver os patrimônios culturais.

2.4 Educação Patrimonial em Minas Gerais.

A operacionalização do mecanismo de distribuição do ICMS em Minas Gerais, baseado na política de preservação do Patrimônio Cultural, é complexa e decorrente de uma engrenagem legislativa rica em normatizações, deliberações, portarias e outros instrumentos que construíram o arcabouço para o repasse financeiro gerido pelo Iepha aos municípios mineiros, participantes do programa.

Pelo Decreto 32.771, de julho de 1991, o Estado fazia a partilha dos recursos do ICMS obedecendo critérios financeiros que privilegiavam as cidades com maior produção de riquezas, alta concentração de recursos e economicamente mais ativos, logo, outros

fatores, como a qualidade de vida da população e preservação dos patrimônios culturais não eram observadas para efeito de investimentos financeiros do Estado ou do retorno de impostos aos cofres públicos. Na intenção de uma reforma tributária e na geração de políticas públicas que atendessem as demandas da população com mais serviços do Estado, pensou-se na redistribuição mais abrangente aos municípios, adotando-se a figura do “bolo” de impostos partilhado em “fatias” às cidades. Para essa “distribuição” deu-se o nome simbólico de Lei Robin Hood, em analogia ao personagem que dá nome à obra do estadunidense Howard Pyle (1853-1911), que basicamente assaltava os carregamentos de impostos pagos aos ricos e dava aos pobres.

[A legislação criada com esse intuito – Lei 12.040, de 28 de dezembro de 1995 –, denominada Lei Robin Hood, introduziu novos critérios para a distribuição do ICMS. Essa lei foi alterada pela Lei 13.803, de dezembro de 2000, que passou a orientar a execução da política até janeiro de 2009, e, em 2009, pela Lei 18.030, que passou a regulamentar a distribuição da parcela do tributo estadual a partir de 2011. (BIONDINI, STARLING, CARSALADE, 2014, p. 136).

Visando maior participação na redistribuição dos recursos, as cidades passaram a investir em ações premiáveis pelo Estado, tais como o meio ambiente, o turismo, a segurança pública, o esporte e o patrimônio cultural. Essa indução do governo repercutiu na gestão pública municipal que, para incluir seu município na lista dos contemplados, tratou de promover ações imediatas nas novas áreas definidas pelo governo. Gestado pelo Iepha, o ICMS Cultural nasceu como um instrumento de incentivo, ofertado aos prefeitos, para que implementassem políticas locais de proteção do patrimônio cultural, com depósitos de valores feitos diretamente aos cofres municipais.

Apriori os bens materiais imóveis foram os que mais receberam ações de proteção municipais, como tombamentos imediatos e revitalizações compulsórias, para alcançar a pontuação necessária e garantir o recebimento nas categorias definidas pelo Iepha:

Assim, o principal instrumento de ação estimulado pelo Iepha, espelhando-se nas práticas de preservação no âmbito federal, tornou-se o tombamento municipal de bens nas categorias acima definidas: núcleo histórico, conjunto paisagístico, bens imóveis e bens móveis. O total de pontos alcançado pelo município nesse atributo reflete o número de bens tombados de acordo com sua categoria (p.141).

Na crescente implantação de novos critérios para a pontuação dos municípios, o Iepha passou a valorizar outras ações municipais, entendidas como Política Cultural Local

- PCL, com o fomento e posterior exigência da “criação de órgãos técnicos executivos, a adoção de legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural, a constituição de conselhos municipais de patrimônio cultural e a comprovação da atuação deles” (p.141).

Os gestores municipais assumiram o compromisso de entregar, anualmente, o relatório comprobatório das práticas, incluindo um laudo do estado de conservação dos bens tombados em âmbito municipal, os dossiês de tombamento, um plano de inventário dos bens com interesse de preservação. Somente em 2004, parafraseando o projeto do Iphan, o Iepha lançou o “*Conhecer para Preservar*” visando estimular a Educação Patrimonial como ação pontuada na política cultural local, entendida como instrumento de conscientização cultural, portanto, fundamental para a proteção e difusão dos patrimônios culturais. Em 2010, a Educação Patrimonial passou a ter um quadro específico nas deliberações do ICMS Cultural, atendendo, a partir daí, pela pontuação do Quadro 5.

Em 2023, 839 cidades entregaram cerca de 5.065 conjuntos documentais, compostos por impressos e arquivos digitais, os quais foram analisados pelos técnicos do Iepha. Cada município recebeu a sua pontuação específica, que se converterá em recursos da cota-parte do ICMS, de acordo com a Lei Robin Hood, a Deliberação Normativa nº 01/2021 e as Portarias 47/2023 e 55/2023. O programa calcula que repassou para os Fundos Municipais de Cultura – FUMPAC - de 722 municípios mineiros, cerca de RS 145.518.262,23, no ano de 2023, referentes à análise dos documentos comprobatórios da atuação deles em políticas públicas em prol do Patrimônio Cultural, no ano de 2021.

Com a circulação de valores grandiosos, surgiram empresas especialistas na confecção dos relatórios, chamadas de consultorias. Tais empresas passaram a realizar os trabalhos da política cultural municipal para as prefeituras contratantes, distanciando gestores públicos e as comunidades da participação integral nos processos de identificação, salvaguarda e difusão dos patrimônios culturais. Com as contratações, coube ao poder público a chancela dos documentos entregues para a análise do Iepha, incluindo nesse relatório a declaração das despesas pagas às consultoras, pontuando como investimento em patrimônio.

Por conseguinte, a atuação das consultorias minimizou a ação dos servidores públicos lotados nas secretarias e departamentos responsáveis pela Cultura nos municípios, algo atrativo para a redução da folha de pagamento das prefeituras, porém, altamente danoso para o diagnóstico da saúde cultural da cidade. As consultorias fortaleceram-se em cartéis, fixando valores para a prestação do serviço aos municípios e, nem sempre garantindo o

sucesso na avaliação do Iepha, pois recorrentemente apresentavam relatórios infundados, fantasiosos e inverídicos, como por exemplo, os da Educação Patrimonial já formatada pela empresa e minimamente executada.

No cenário atual, poucas prefeituras dedicam orçamento em seu plano plurianual para investir nas secretarias, departamentos e órgãos que lidam com o Patrimônio Cultural. Restou aos conselhos municipais de patrimônio cultural encontrar apoio na Promotoria de Justiça do Ministério Público Estadual que promove ações de curadoria, tutela, ajustamentos de condutas e outros instrumentos eficientes frente aos problemas e demandas do patrimônio cultural das cidades.

O Iepha, percebendo essas brechas na estrutura do programa, propôs uma agenda de atendimento técnico aos servidores municipais para esclarecer os pontos analisados, resolver questões e dar assistência, quando solicitado. Também buscou capacitar os servidores municipais através das Rodadas do Patrimônio, que em 2023 teve sua 11ª edição, cujo objetivo, além da interpretação da Portaria 47/2023, propôs a capacitação dos gestores municipais sobre as diretrizes da municipalização das políticas de preservação do patrimônio cultural, como espaço de escuta e diálogo com os municípios participantes do Programa ICMS Patrimônio Cultural.

Capacitar servidores públicos está longe de ser a capacitação dos docentes para a Educação Patrimonial. Em termos de orientação para os Programas de Educação para o Patrimônio Cultural e Difusão, o Iepha oferece material de apoio para os gestores públicos. Seu conteúdo é um modelo de documento para ser utilizado como referência à elaboração das pastas documentais, para a participação no Quadro III C - Programas de Educação para o Patrimônio Cultural e Ações de Difusão, conforme diretrizes da Portaria Iepha Nº 47/2023, ao exercício 2025 e subsequentes.

Percebemos a lacuna que se faz, cada vez maior, na capacitação dos educadores municipais, sobrecarregados pela rotina escolar, acrescida da execução de uma ação educativa imposta pelo Estado, com o discurso preservacionista e conscientizador sobre o patrimônio cultural, sem no entanto, haver a preocupação e a responsabilidade de capacitar, orientar e dar condições aos docentes de realizar mais essa atribuição.

Átila Tolentino (2016) aborda esse conflito entre o discurso e a prática, tão presente na Educação Patrimonial, apontando cinco inverdades comumente difundidas nos projetos para a ação educativa de preservação do patrimônio. Em sua análise, o termo “Educação Patrimonial” foi banalizado socialmente, passando a pertencer ao vocabulário dos gestores

públicos quando se referem indistintamente a qualquer ação que destaque o patrimônio, quer seja por meio de eventos públicos, festivais, inaugurações ou em publicações de cadernos temáticos, por exemplo.

Tem sido defendido, no solo acadêmico, que o Patrimônio Cultural é uma construção social, portanto, a sociedade a concebe, apropria, executa, adapta e por fim se reconhece ciente de suas referências culturais. Para que a Educação Patrimonial alcance seu papel social é importante que haja diálogo e democracia “numa perspectiva freiriana, que preza pela alteridade, pelo respeito à diversidade cultural e pela participação ativa dos produtores e detentores do patrimônio como sujeitos sócio-históricos” (TOLENTINO, 2016, p. 40).

Elencando as falácias sobre Educação Patrimonial, segundo Tolentino, temos a primeira que a afirma como uma ação alfabetizadora cultural. Sua crítica se dá no sentido de que, ao projetar um processo transformador de alfabetização aos sujeitos participantes, desprende-se que estes não compreendem a cultura, ou seja, é o mesmo que dizer que os sujeitos precisam de uma cultura ensinada, que a que possuem não os tornam conscientes de si. O alerta dado aos educadores é sobre o caráter coletivo e dialógico da Educação Patrimonial, cabendo ao professor considerar as especificidades e peculiaridades dos seus alunos, como também observar ambientes e diferentes contextos, recorrendo às diversas metodologias possíveis e à atualização dos conceitos históricos.

Em seguida, refuta a tese de que a Educação Patrimonial tenha surgido no Brasil, em 1983, como produto do I Encontro de Educação em Museus, na cidade de Petrópolis, RJ. Essa assertiva é comum quando se relaciona a publicação do Guia Básica de Educação Patrimonial, citado anteriormente, com o uso do termo para designar as ações educativas em lugares de memória e espaços culturais. O autor defende o conceito antropológico da cultura que inclui as manifestações populares nas práticas educativas, tanto eruditas quanto populares, como se faz há séculos, em diferentes sociedades. O Patrimônio Cultural só tem sentido se for integrante e integrador de saberes e fazeres, recriando-se a cada vez que se fizer necessário, mantendo-se nas vivências e nas experiências.

Em terceiro ponto, o papel conscientizador da Educação Patrimonial para a postura preservacionista dos sujeitos que dela participarem. Não podemos pensar a Educação Patrimonial como redentora e luz para os incultos, como se defendêssemos conhecimento aos leigos. Essa é uma visão violenta simbolicamente e envolve um jogo social de poder, entre os grupos sociais. Afinal, a escolha do que se preservar é uma ação política. Escolher quais memórias, identidades, saberes e comportamentos deverão ser protegidos,

perpetuados, difundidos e celebrados é, ao mesmo tempo, determinar quais serão apagados, desqualificados, esquecidos e desaparecidos. Esse capital simbólico é reproduzido constantemente no discurso hegemônico, baseado em critérios políticos, econômicos e estruturantes, reafirmados nos projetos que envolvem a educação.

Por ser complexo e definidor, o critério que elege o patrimônio a ser protegido pelo Estado e o ensinamento de que este deva ser replicado pela sociedade, é o que mais interfere nos projetos de Educação Patrimonial, pois a conservação dos elementos representativos da “brasilidade” desconsidera a participação dos povos originários e dos escravizados, limando suas identidades na esfera nacional do patrimônio, restringindo-os ao folclore e às curiosidades etnográficas. Por fim, nesse ponto, não há público-alvo na Educação Patrimonial, educadores são mediadores, comunidades são produtoras e consumidoras de cultura, bens culturais são signos associados à memória coletiva dos lugares e dos saberes, enfim, Educação Patrimonial é um processo de reestruturação dos saberes históricos diante das manifestações culturais com suas antíteses e semelhanças, diversidades e comunidades.

A penúltima falácia se dá quanto ao objetivo da Educação Patrimonial, que para muitos é um serviço do Estado, portanto exercerá a intenção do gestor público. Mesmo que os projetos mirem em obras arquitetônicas, patrimônios oficiais, representativos da economia, religião e costumes predominantes, muito salientados nos roteiros turísticos com o fetiche do termo “patrimônio tombado” para ressaltar valor cultural e econômico aos lugares, hoje o Iphan orienta que a Educação Patrimonial seja pensada no exercício do conflito entre os atores, que haja reflexão dos alunos sobre o patrimônio enquanto representação social das manifestações humanas, cabendo ao ensino de História, instigar a pesquisa e a análise sobre os sujeitos sociais participantes desses cenários.

A Educação Patrimonial não é atividade final, ao contrário é multidisciplinar, transversal e constante, considerando as vivências, os cotidianos e os aprendizados, as muitas possibilidades de debate cultural, sendo o professor aquele que media e incentiva a participação dos estudantes em todas as etapas de reconhecimento e preservação dos patrimônios culturais. Como ação dialógica, o direito ao esquecimento e à lembrança faz parte dos conflitos esperados no processo de aprendizado sobre patrimônio, como também o entendimento de que as memórias são selecionadas por quem as tem, do mesmo modo espera-se a apreensão dos conceitos de singularidades, especificidades e diversidades como elementos passíveis de patrimonialização.

E por último, “Conhecer para preservar” não condiz com o entendimento de Educação Patrimonial crítica, reflexiva e dialógica. Para preservar um patrimônio não basta conhecê-lo, é necessário ter informações que vão além da narrativa oficial e das descrições técnicas. Conhecer é analisar sua existência e representatividade, ir à dimensão simbólica do espaço ocupado pelo patrimônio na sociedade. Quando ocorrem ações de vandalismo e protestos envolvendo monumentos, logo se fala em ignorância cultural, mas o que não se lê nesses atos é a reivindicação de significância. Somente conhecer, saber da sua existência não torna o patrimônio importante para quem o observa,

Há de se ter percepção ampliada do monumento como representação de discursos e posturas, que são essenciais para a sua manutenção ou destruição. Basta pensar na divulgação dos patrimônios por meio de material impresso ou midiático, que levam dados superficiais ou apenas atrativos para o turismo, sem, no entanto, traduzir os signos contidos nesses bens. Se a difusão torna o patrimônio meramente um lugar ou coisa para ser visto e preservado, esvazia-se dele toda a sua importância cultural, desmerecendo uma relação que envolva ensino, aprendizagem, reconhecimento, apropriação, proteção e difusão.

CAPÍTULO 3: “PATRIMÔNIO CULTURAL - IDENTIDADE E MEMÓRIA” DE CONSELHEIRO LAFAIETE - MINAS GERAIS

A experiência como gestora em diferentes funções na municipalidade, atuando na Educação, Cultura e Turismo, além da docência em ensino superior na Pedagogia e o magistério no Ensino Fundamental, me fizeram pensar em possibilidades de propostas para o produto final que acompanha a dissertação do ProfHistória, o projeto de pesquisa permaneceu centrado na abordagem sobre o Ensino de História e Educação Patrimonial, uma vez que, já havia contribuído com publicações sobre Patrimônio Histórico e Cultural da cidade. Uma dessas publicações, em formato de cartilha teve duas edições (2005 e 2007), frequentemente utilizada nas práticas educativas sobre o tema, como referência para concurso ou processo seletivo municipal, dentre outros usos para tratar da história e dos patrimônios locais.

No entanto, em uma autocrítica sobre o conteúdo da cartilha e o senso de responsabilidade pelas informações do material disponível à população, intensificados pelas leituras, reflexões e orientações no ProfHistória – UFU, deram o estímulo para uma produção com vistas à formação continuada de professores, com escrita acadêmica, porém em linguagem acessível, atualizada, crítica e reflexiva, considerando a amplitude dos conceitos fundamentais do ensino de História e de Patrimônio Cultural, necessários à Educação Patrimonial no município. As sugestões de leituras e de atividades, buscam diálogo com os docentes, propondo a análise dos discursos, das narrativas e das estruturas até então invioláveis pela versão tradicional e oficial da história, amplamente reproduzida e cobrada como patamar de conhecimento histórico.

Os professores de História, que realizam a Educação Patrimonial na cidade, são imputados da responsabilidade de fazê-la acontecer, sem recursos adequados nem a devida formação, duelando seus horários escolares com projetos enlatados e impostos, por tanto, ineficientes, isolados e incoerentes, pois significam jornadas extenuantes para docentes e desconexas aos discentes. O muito que as práticas de Educação Patrimonial conquistam, para o município, é a garantia da pontuação do ICMS Cultural, acarretando em recursos financeiros depositados no Fundo Municipal de Cultura, que não contempla em seu planejamento de gastos e investimentos ações de melhoria das condições dos docentes imbuídos de tais atividades. A formação continuada dos docentes de História é uma necessidade percebida em se tratando do conteúdo sobre o Patrimônio Cultural, indo para

além da atualização do currículo do ensino de História, mas como incentivo à pesquisa e à produção de novas abordagens ao tema.

O objeto proposto, visando alcançar o interesse e corresponder às necessidades formativas dos docentes de História envolvidos na educação para o patrimônio, é uma produção em formato *e-book*, ilustrado, com debates e reflexões sobre conceitos, ensino de História e Educação Patrimonial, atualizando as informações sobre Patrimônio Cultural, apresentando dados históricos e uma lista de bens da cidade de Conselheiro Lafaiete/MG, protegidos ou não, além de sugestões de atividades para Educação Patrimonial. Não se trata de um guia didático ou de um almanaque de informações turísticas e curiosidades, mas de um instrumento válido aos docentes para sensibilizá-los a compreender que o patrimônio cultural supera a dimensão material das coisas e dos lugares, dos tombamentos e registros técnicos da preservação oficial

Não menos importante que a abordagem histórica sobre os bens materiais, a mira da Educação Patrimonial deve alcançar o patrimônio imaterial, para o qual Meneses chama a atenção à representatividade e ao “desvelar vivências”, conforme contemplado no capítulo anterior. No Patrimônio de Vivências a memória social se diferencia da coletiva pelo fato de ser baseada em relações determinadas por estruturas sociais, onde cada parcela possui a experiência vivenciada diante dos acontecimentos coletivos, tal como nas guerras ou conflitos, desse modo, os patrimônios são parte da vida de um grupo, traduzindo os modos de ser sem a implicação das normas de preservação (MENESES, 2009, p.32).

Por suas vivências e experiências, a memória individual contém fatos e aspectos de si e de outros grupos sociais, sob suas origens e dos processos de interação e socialização com outras realidades. Já a memória coletiva é um conjunto de fatos e informações consideradas relevantes a um determinado grupo, formando a memória organizada pela sociedade. São integrantes dos lugares de memória os monumentos, os registros presentes nos símbolos nacionais, obras de arte e literárias, espelhando a versão consolidada do passado coletivo de uma sociedade. “Assim a memória também pode ser utilizada para (re) construir os fatos históricos a partir de ressignificações individuais.” (OLIVEIRA, TOLEDO, SILVERIA, 2020, p. 273).

José Meneses amplia a discussão sobre as vivências como categoria do patrimônio, ao criticar profundamente a patrimonialização oficial à revelia dos sujeitos envolvidos nas memórias, práticas e saberes. O autor defende a reflexão sobre a construção da interpretação patrimonial das culturas locais com a vivência local. A participação das comunidades locais

deve ser valorizada, assim tem-se o reconhecimento das identidades, dando sentido ao viver e à memória coletiva, destronando a musealização do objetivo máximo da preservação:

Os processos de patrimonialização e as buscas da educação patrimonial parecem esquecer esse importante componente estrutural da memória identitária e do patrimônio cultural: quem guardou o bem, quem preservou, quem conservou, quem memorizou, foi a comunidade. Antes das leis, antes da educação patrimonial, antes dos instrumentos de interpretação, a sociedade não perdeu o que não queria guardar. (MENESES, 2009, p.3).

3.1 Conteúdo e estrutura do e-book

No início o leitor encontra a primeira parte de um poema, com o título “Interior”, de minha autoria. A poesia vem despertar a sensibilidade do leitor para os detalhes próprios de uma paisagem interiorana e dos hábitos típicos da vida no campo, porém com a sensação de pertencimento e identidade, elementos afins no estudo do patrimônio cultural. A apresentação descreve o objetivo do produto, dentro da pesquisa e execução da dissertação do mestrado ProfHistória. O material consta de textos que abordam conceitos sobre o Ensino de História e o Patrimônio Cultural, com autores e obras reconhecidos no meio acadêmico e outros novos, possibilitando uma leitura atualizada com debate de ideias. Na sequência as políticas de preservação do patrimônio são elencadas e comentadas, principalmente no que diz respeito ao estado de Minas Gerais e ao programa ICMS Cultural.

Na terceira parte, o ensino de História e a Educação Patrimonial se apresentam em debates dos autores e contribuições da minha experiência enquanto professora e gestora, preparando o leitor docente às possibilidades da ação educativa. Logo a história da cidade de Conselheiro Lafaiete vem em textos curtos, para nortear a construção do pensamento em busca de mais dados, suscitando a necessidade de pesquisar, refletir, argumentar e enfrentar o estranhamento diante da ausência de frases que reforçam narrativas hegemônicas.

Para que o docente saiba como o município pratica a política de preservação do patrimônio cultural, as listas dos bens identificados como patrimônios tombados, registrados e inventariados estão dispostas seguindo a normatização do Iepha e adotada pelo órgão municipal que gere o setor.

A finalização do e-book se dá com indicações de leituras para os docentes, extraídas do referencial bibliográfico da dissertação, *links* de acesso aos meios digitais de repositórios acadêmicos, páginas eletrônicas de órgãos gestores de patrimônios culturais e ainda, cinco sugestões de atividades de Educação Patrimonial para realizar no ambiente escolar.

Segue a estrutura gráfica do e-book e o *link* para acesso eletrônico:

<https://www.canva.com/design/DAGCr9zolBU/aJDD9uRK3ycTeH11aku4bg/edit>

Pág.	Conteúdo da página:
	PATRIMÔNIO CULTURAL IDENTIDADE E MEMÓRIA Mauricéia Aparecida Ferreira Maia (ilustração Viola de Queluz)
2	Produto resultante do projeto de dissertação para conclusão do mestrado profissional em Ensino de História ProfHistória / UFU.
3	Poesia Interior (parte 1)
4	SUMÁRIO 1 - Apresentação 2 - Ensino de História e Patrimônio Cultural conceitos em debate. 3 - Políticas de Preservação do Patrimônio Cultural em Minas Gerais 4 - Educação Patrimonial e Ensino História 5 - Conselheiro Lafaiete – breve histórico 6 - Lista de patrimônios culturais protegidos 7 - Indicações para docentes 8 - Sugestões de atividades para Educação Patrimonial 9 - Agradecimentos
5	APRESENTAÇÃO Professores de História geralmente são responsáveis pela realização da Educação Patrimonial nas escolas, para cumprir as determinações da gestão pública municipal que, por sua vez, para ter participação no repasse do ICMS Cultural de Minas Gerais, deve enquadrar-se nos critérios das Deliberações Normativas do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - Iepha/MG. Anualmente os prefeitos encaminham ao Iepha os documentos que comprovam a existência de políticas públicas locais para o patrimônio cultural, dentre elas está a Educação Patrimonial. A análise do Instituto sobre os documentos apresentados pela municipalidade gera uma pontuação, que será a fórmula aplicada pelo Estado para enviar recursos financeiros ao Fundo. (ilustração: quepe congadeiro)
6	Municipal Cultural de Patrimônio das cidades participantes do programa. Diante desse quadro, o questionamento é sobre a formação do profissional docente que executará a Educação Patrimonial. Considerando o acesso a recursos intelectuais e materiais para a ação, como também sobre as experiências e conhecimentos propostos e produzidos para e pelos estudantes e os resultados alcançados, independente da expectativa dos gestores públicos, nesse caso, para o ICMS Cultural. No mestrado ProfHistória Mestrado Profissional de Ensino de História, em rede nacional, encontrei na Universidade Federal de Uberlândia – UFU uma oportunidade de melhorar minha formação docente, ao mesmo tempo em que refletia como compartilhar esse aprendizado com a rede municipal de Educação, na qual trabalho há quase trinta anos, em Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais. Logo, a Educação Patrimonial concentrou minha atenção e deu origem ao projeto de pesquisa relacionando-a ao ensino de História, numa proposta dialógica, crítica e reflexiva, com debate de conceitos e análise de contextos, com enfoque na relação do Ensino de História e a Educação Patrimonial. A questão do patrimônio cultural, nessa proposta, apresenta a atualização dos conceitos e a construção histórica das políticas públicas de preservação no Brasil e

	em Minas Gerais. Os bens culturais, os lugares de memória, os percursos históricos, as identidades e as vivências são abordados acima dos dados frios dos inventários técnicos.
7	<p>Este e-book, voltado para os docentes da rede de educação básica, pretende ser uma motivação à pesquisa local sobre o patrimônio cultural, sugerindo leituras e atividades para que professoras e professores, diante de um projeto de Educação Patrimonial, possam se sentir capacitados e inspirados a construir, junto da comunidade escolar, um projeto que atenta ao processo de ensino aprendizagem com saberes históricos, respeito às diferenças, significação cultural e formação cidadã.</p> <p>ilustração: torre sineira</p>
8	<p>ENSINO DE HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL - CONCEITOS EM DEBATE</p> <p>“Ensinar é uma arte”! Quantos de nós já ouviu essa frase de admiração pelos professores? Sim, muitos. E nos emocionamos quando nos dizem, com tanta gentileza, que nós, professores de História, falamos como se tivéssemos vivido em determinada época, que temos uma memória incrível, dentre tantos outros elogios. Porém, também somos questionados sobre a necessidade que há de se saber das coisas do passado, qual a importância de pesquisar assuntos sobre outros povos, de outros lugares, de outros tempos, de outras culturas e que hoje o mundo mudou muito, que na internet tem tudo que se queira saber. O ensino de História encontra os confrontos do tempo presente nas salas de aula, nos livros didáticos, nos sites de pesquisa, nas mídias de comunicação em massa e na inteligência artificial. Para esses duelos precisamos buscar capacitação e renovação curricular, que segundo Pacheco (2017, p. 17) torna o ensino de História válido na vida dos estudantes, ao propormos um currículo contemporâneo, considerando as “três ordens dos saberes históricos: as informações históricas, os conceitos próprios das ciências humanas e os procedimentos de coletas e organizações de dados sociais”.</p>
9	<p>Ensino de História e história local</p> <p>O docente de História, consciente de seu papel social, não naturaliza os conceitos e os fatos históricos, mas os problematiza, desconstrói as narrativas e as apresenta com criticidade, por meio da investigação e da análise dos dados, levando o estudante a um ciclo de reflexões sobre o impacto dos eventos históricos e a realidade de sua vivência. A compreensão das informações históricas deve superar os desafios dos conceitos prontos e dos jargões rotineiramente percebidos nos textos didáticos. O estudante necessita compreender melhor o que transfere sentido à interpretação, à sua ou seja, os conceitos próprios das ciências humanas são referências acadêmicas, que nesse lugar científico têm sentido, porém no contexto educativo, parecem desconexas e impositivas, vazias de sentido e se encerram em si mesmas.</p> <p>O professor pode aproveitar essa ligação entre a história e os bens culturais para incluir no currículo estratégias de pesquisa histórico-didática que façam uso dos bens culturais (arquitetônicos, monumentais, de museus, de arquivos...), com o</p>

9	<p>objetivo de orientar os alunos para a produção de que dizem respeito ao território e aos bens culturais. Os processos de ensino e de aprendizagem que incluem bens culturais são relativos ao território e o devem incluir na atividade formativa. Esses produzem conhecimentos históricos com escala local e dão aos alunos a possibilidade de melhor compreender o cenário da sua vida. (MATTOZZI, 2008, p. 137).</p>
10	<p>Circe Bittencourt (2011) alerta para o cuidado que devemos ter com os conceitos de história local e história do lugar, compreendendo primeiramente o conceito de espaço desenvolvido pelos geógrafos, pois “a reflexão sobre o espaço é imprescindível para os estudos de história da região ou da história local”, pois cada lugar tem suas características específicas, como também é composto por uma teia de elementos e funções, que o torna singular, mesmo sendo a fração de uma porção territorial maior. O uso do lugar, as relações de produção e a dinâmica social são estruturas que dão significado ao espaço estudado pela História. Dos três saberes históricos, defendidos por Pacheco (2017), a organização dos dados sociais merece destaque, no sentido de ser o procedimento que dá caráter científico ao ensino de história. Na ação docente, através de estratégias didáticas, diferentes métodos de coleta de informações antecedem a sistematização de dados sociais, precedem a percepção e a interpretação das experiências e relações humanas. O uso de materiais didáticos específicos, leituras sobre o tema e o convívio com lugares de memória possibilitam a investigação histórica, proposta que visa o exercício científico nas ações da Educação Patrimonial. (Ilustração: livros temáticos)</p>
11	<p>A leitura é fundamental para o aprendizado, diferente de um manual de instruções ou de uma bula de medicamento, a leitura no ensino de História é um ato crítico, associativo e dialógico. Cabe ao docente a escolha dos textos didáticos, do referencial teórico e das leituras complementares, ciente dos elementos que constituem tais registros, a função da informação, o suporte utilizado e também a condição de acesso e manipulação. Não menos importante é o professor ter a clara percepção do potencial da fonte pesquisada, evitando a desmotivação dos alunos e o trabalho inócuo.</p> <p>Ilustração: Museu Antônio Perdigão – Cons. Lafaiete/MG</p>
12	<p>Conceitos de Patrimônio Cultural.</p> <p>As definições sobre patrimônio são muitas, quase sempre enfatizando os termos bens, herança e pertencimento. Segundo José Reginaldo Santos Gonçalves, a noção de patrimônio busca, acima de tudo, a identificação dos sujeitos e de seus produtos como patrimônio.</p> <p>A palavra “patrimônio” está entre as que usamos com mais frequência no cotidiano. Falamos dos patrimônios econômicos, dos patrimônios imobiliários; referimo-nos ao patrimônio econômico e financeiro de uma empresa, de um país, de uma família, de um indivíduo; usamos também a noção de patrimônios arquitetônicos, culturais, históricos, artísticos, etnográficos, ecológicos, genéticos; sem falar nos chamados patrimônios intangíveis, de recente formulação. Não parece</p>

	<p>haver limite para o processo de qualificação dessa palavra. (GONÇALVES, 2005, p. 17).</p> <p>Ampliando os horizontes na busca de definições sobre patrimônio, encontramos (re) visões e (re) aplicações que se aproximam, quando reconhecem a identificação cultural como fundamental para legitimar a patrimonialização, e que se opõem quanto aos resultados dessa padronização do patrimônio. Primeiramente, é necessário compreender que a utilização do termo patrimônio é ampla, abarcando lugares, edificações, natureza, grupos humanos, manifestações tradicionais, produtos artesanais e sensações vivenciadas coletivamente. Segundo Rolando Dondarini:</p>
13	<p>Querendo dar uma definição, o patrimônio cultural é o conjunto heterogêneo e multifacetado de legados e recursos nos quais confluem e se sedimentam os personagens, os bens, os valores e os conhecimentos ambientais histórico-artísticos, científicos e ideais coletados e compartilhados pelas comunidades humanas em suas diferentes áreas territoriais. Cabe a elas detectá-lo, conhecer, proteger e valorizar sua presença, tornando-o conhecido, eloquente e utilizável dentro da estrutura mais ampla da Humanidade (BORGUI DONDARINI, 2020. p. 26).</p> <p>A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, como parte da Organização das Nações Unidas – ONU, é um espaço de debate e institucionalização das políticas públicas para o patrimônio mundial, com poder de regência e atuação nas nações signatárias, propõe debates e diretrizes para, dentre suas pautas, promover a preservação dos patrimônios, como ocorreu na “Convenção para a proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural” assinada na 17ª Conferência Geral da UNESCO – Paris, 1972. classificando-os em:</p>
14	<p>Artigo 1º</p> <p>I –Os monumentos. Obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, grutas e elementos inscrições, grupos com de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;</p> <p>II - Os conjuntos. – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;</p> <p>III - Os locais de interesse – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.</p>

14	<p>Quanto ao “Patrimônio Natural” ressalta-se na “Convenção para a proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural” (Paris, 1972) que é a sociedade que faz o reconhecimento dos atributos dos bens, para então referendar seu valor científico e/ou estético, atribuindo aos sítios à condição de “Patrimônio Natural”. Parques e áreas de proteção ambiental podem ser locais simbólicos, preservados e objetos de musealização, porém, a implantação dessa proteção não é um processo isento de contradições, como via de regra, há interesses e concepções próprios a quem gerencia a ação, por muitas vezes distanciada e fragmentada da população que tem identificação com essa paisagem natural e cultural</p>
15	<p>Segundo Sharon Zukin a evolução do conceito de patrimônio, a partir da década de 1970, “passou de uma apreciação existencial de artefatos materiais, para um complexo processo multidimensional de produção de valor, a partir tanto de edifícios tangíveis como de formas culturais intangíveis”. (ZUKIN, 2017, p. 25). Sendo assim, a preservação de patrimônios culturais enfrenta problemas políticos no aspecto das ações do Estado em que as contradições são latentes. De um lado há interesses econômicos na reutilização dos imóveis e na apropriação das tradições com viés turístico; e do outro, há grupos preservacionistas lutando pela identificação e legitimação histórico-cultural dos bens e dos agentes do patrimônio.</p> <p>O patrimônio imaterial ou intangível tem estado em pautas importantes entre gestores e produtores de cultura, no entanto a proteção muitas vezes é transvestida em economia criativa, com o intuito de afirmar a salvaguarda de um saber cultural, quando o que ocorre é a sua simples monetização, fortalecendo a cadeia demanda-consumo, sem o necessário cuidado com a essência cultural do patrimônio, esvaziando-o das peculiaridades que o tornam significativos para um determinado grupo.</p> <p>Nesse sentido, a questão que vem à percepção docente, está na representatividade do patrimônio imaterial, nos aspectos de inclusão social, diversidade e referencial cultural.</p>
16	<p>O conceito da imaterialidade dos patrimônios culturais projeta-se para o campo da ressignificação, da valorização dos saberes tradicionais e da observação sobre a contemporaneidade presente na vivência cultural. Assim, o educador respeita e ensina o respeito às tradições, aos saberes, às crenças e costumes sem a especulação com viés folclórico, caricato ou alegórico.</p> <p>Outras formas de cultura, as que ficam à margem dos padrões observados nos inventários e relatórios oficiais, são singulares e possuem uma dimensão subjetiva, para além dos domínios dos agentes públicos, tratam-se de ações coletivas construídas por quem as compreende como identificadoras de seus patrimônios. Os patrimônios servem para a percepção de nós, enquanto indivíduos e para situarmos os outros, com as diferenças e singularidades, ou seja, com a representatividade das diversidades que traduzem o ser humano.</p> <p>Ilustração: Músico com tuba</p>

17	<p>Dentre tantas modalidades ou concepções de patrimônio, o das vivências é o que traduz as ações humanas em maior amplitude, pois sendo a memória seletiva, construída e constituída de saberes e de experiências, ainda que transmitidas e não empíricas, há na vivência o reforço dos laços identitários, o sentimento de pertencimento e de responsabilidade que tornam as simbólicas construções em patrimônio vivo, mantido, coerente com seus agentes, crenças e costumes.</p> <p>Sendo a cultura um conceito complexo, tudo o que a relacione, também o é. O indivíduo do passado é rememorado culturalmente. No tempo presente as manutenções da sobrevivência dão continuidade àquilo que lhe é simbólico, que é eleito pela dignificação, ou pela ruptura constituindo no hoje o sujeito histórico que faz a costura das trajetórias temporais, ou seja, é dar historicidade à construção das identidades culturais.</p> <p>Substanciando a problematização sobre a Educação Patrimonial como ferramenta didática em prol da preservação do patrimônio, temos a responsabilidade ética da interpretação intelectual, sobretudo com o viver das pessoas, com a materialização das interpretações e a disposição que se faz desse resultado.</p> <p>Ilustração: mãos bordando no bastidor.</p>
18	<p>Importante salientar que a necessidade de inventariar, registrar, tomar e divulgar os bens protegidos é própria dos governos, obtendo na Educação Patrimonial a ação intelectual predileta para contemplar seus objetivos. No entanto, uniformizar as importâncias das construções das memórias, dispor as multiplicidades culturais em um pódio de relevância é reduzir, ao ponto de anular, o significado das memórias, das experiências e das vidas necessárias para a existência dos bens patrimoniais.</p>
19	<p>POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM MINAS GERAIS</p> <p>Ilustração: Cidade São João del Rey. Foto: própria autoria</p>
20	<p>. Proteção legal:</p> <p>Pelo Decreto 25, de 1937, a definição de patrimônio dada pelo governo brasileiro foi expressa como:</p> <p style="padding-left: 40px;">o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etno gráfico, bibliográfico ou artístico. (Decreto 25, 1937).</p> <p>Décadas após, na Constituição Brasileira, de 1988, o Artigo 216, consolidou uma noção ampla e plural da identidade brasileira, trazendo o conceito de patrimônio cultural de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.</p>

20	<p>Se, para ser considerado patrimônio, há de se referendar a identificação do bem e sua relação com os sujeitos, infere-se aí a existência da memória que transfere os saberes e as tradições para as novas gerações, como também a narrativa histórica enquanto condutora dos acontecimentos e informações sobre a trajetória da sociedade.</p> <p>Ilustração: fragmento de vitral “Coroa de Espinhos” exposto na Basílica do Sagrado Coração de Jesus, Cons. Lafaiete/MG.</p>
21	<p>A proteção dos patrimônios culturais, entendida como política pública, tem sua legitimação em diferentes instâncias, com diretrizes e documentos que norteiam, estimulam e induzem ações de pesquisa, catalogação, preservação e divulgação, dentre outras práticas, incluindo a Educação Patrimonial.</p> <p>Em Minas Gerais, os municípios recebem do lepha a orientação de que:</p> <p style="padding-left: 40px;">O patrimônio cultural protegido diz respeito aos bens culturais, materiais ou imateriais, que, em função de seu valor histórico, artístico, estético, afetivo, simbólico, dentre outros, receberam algum tipo de proteção pelo poder público, tal o como tombamento, o registro imaterial, o inventário ou outras formas de acautelamento previstas na legislação. Um bem cultural protegido encontra-se sob um regime especial de tutela pelo Estado, uma vez que a ele foi atribuído um valor social. (site lepha)</p> <p>Ilustração: oleiro moldando vaso de barro, referência à cerâmica Saramenha.</p>
22	<p>São mecanismos legais de proteção:</p> <p>Tombamento: Instrumento de proteção administrativa, diante de um patrimônio cultural material, com vistas ao impedimento de sua destruição ou mutilação, mantendo-o preservado para as gerações futuras. Qualquer cidadão pode apresentar o pedido de proteção do patrimônio, que passará por uma investigação pelos técnicos competentes das esferas governamentais responsáveis pelo bem e, se considerado dentro dos critérios que definem seu valor cultural passível de tombamento, será inscrito no livro de tombo correspondente.</p> <p>Registro: Proteção aos bens de natureza intangível ou imaterial. Em Minas Gerais, o Decreto nr 42.505 de 15 de abril, de 2002, segue as diretrizes do Decreto Nacional nr 3.551, de 04 de agosto, de 2000, que dentre suas determinações, instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial, em 4 livros distintos e instrui os municípios a fazerem o mesmo.</p> <p>Tanto para o Tombamento, quanto para o Registro, o Inventário é a etapa que precede, de forma importante e fundamental ao processo de proteção do patrimônio cultural. Nessa etapa espera-se que a população esteja diretamente ligada aos processos de identificação, documentação, promoção e difusão dos bens.</p>
23	<p>São Livros de Registro dos Patrimônios Imateriais, conforme o Decreto no 3.551, 04 de agosto, de 2000:</p>

	<p>Art. 1o Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro. § 1o Esse registro se fará em um dos seguintes livros:</p> <ul style="list-style-type: none"> I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; .- Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; .- Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. § 2o A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira. § 3o Outros livros de registro poderão ser abertos para a inscrição de bens culturais de natureza imaterial que constituam patrimônio cultural brasileiro e não se enquadrem nos livros definidos no parágrafo primeiro deste artigo.
24	<p>ICMS Cultural</p> <p>Na intenção de uma reforma tributária e na geração de políticas públicas que atendessem as demandas da população com mais serviços do Estado, pensou-se na redistribuição mais abrangente aos municípios, adotando-se a figura do “bolo” de impostos partilhado em “fatias” às cidades. Para essa “distribuição” deu-se o nome simbólico de Lei Robin Hood:</p> <p style="padding-left: 40px;">A legislação criada com esse intuito – Lei 12.040, de 28 de dezembro de 1995 –, denominada Lei Robin Hood, introduziu novos critérios para a distribuição do ICMS. Essa lei foi alterada pela Lei 13.803, de dezembro de 2000, que passou a orientar a execução da política até janeiro de 2009, e, em 2009, pela Lei 18.030, que passou a regulamentar a distribuição da parcela do tributo estadual a partir de 2011. (BIONDINI, STARLING, CARSALADE, 2014, p.136)</p> <p>Gestado pelo lepha, o ICMS Cultural nasceu como um instrumento de incentivo, ofertado aos prefeitos, para que implementassem políticas locais de proteção do patrimônio cultural, com depósitos de valores feitos diretamente aos cofres municipais.</p> <p>Na crescente implantação de novos critérios para a pontuação dos municípios, o lepha passou a valorizar outras ações municipais, entendidas como Política Cultural Local - PCL, com o fomento e posterior exigência da “criação de órgãos técnicos executivos, a adoção de legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural, a constituição de conselhos municipais de patrimônio cultural e a comprovação da atuação deles”. (BIONDINI, et.al., p.141).</p>

25	<p>Os gestores municipais assumiram o compromisso de entregar, anualmente, o relatório comprobatório das práticas, incluindo um laudo do estado de conservação dos bens tombados em âmbito municipal, os dossiês de tombamento, um plano de inventário dos bens com interesse de preservação. Somente em 2004, parafraseando o projeto do Iphan, o Iepha lançou o “Conhecer para Preservar” visando estimular a Educação Patrimonial como ação pontuada na política cultural local, entendida como instrumento de conscientização cultural, portanto, fundamental para a proteção e difusão dos patrimônios culturais. Em 2010, a Educação Patrimonial passou a ter um quadro específico nas deliberações do ICMS Cultural, atendendo, a partir daí, pela pontuação do Quadro 5.</p> <p>Tem sido defendido, no solo acadêmico, que o Patrimônio Cultural é uma construção social, portanto, a sociedade a concebe, apropria, executa, adapta e por fim se reconhece ciente de suas referências culturais. Para que a Educação Patrimonial alcance seu papel social é importante que haja diálogo e democracia “numa perspectiva freiriana, que preza pela alteridade, pelo respeito à diversidade cultural e pela participação ativa dos produtores e detentores do patrimônio como sujeitos sócio-históricos”. (TOLENTINO, 2016, p. 40)</p>
26	<p>EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA</p> <p>É um exercício diário de reflexão e questionamento sobre o que é patrimônio e o que é possível falar sobre ele, tornando esse ato comunicativo um processo crítico, dialógico e, portanto, político. SCIFONI, 2022, p. 3.</p> <p>Ilustração: Ladeira com casas coloniais, pico do Itacolomy ao fundo (criação)</p>
27	<p>EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA</p> <p>Estabelecendo um diálogo entre Educação Básica e Salvaguarda de Patrimônio, encontramos na Educação Patrimonial o ponto congruente, no qual balizamos a discussão proposta. Tatiana Dantas Marchette (2016, p. 89.) conceitua Educação Patrimonial como “um processo de aprendizagem que se realiza mediante a utilização dos bens culturais de natureza material e imaterial, como recursos educacionais.”</p> <p>História e tempo estão associados, tal qual educação e cultura, sendo que a identidade e a memória são elementos importantes nesse processo de associação e de compreensão dos conceitos sobre patrimônio cultural.</p> <p>Nessa perspectiva, o Ensino de História ocupa lugar de destaque na execução das práticas educativas para a promoção do patrimônio cultural, comumente vista como disciplina responsável pela valoração histórica às obras de arte, lugares, pessoas, acontecimentos, costumes e fazeres, configurando o rol dos bens de interesse de preservação à humanidade.</p>

28	<p>O ensino de História tem na Educação Patrimonial o espaço para a reflexão crítica do sujeito frente aos patrimônios em diferentes posicionamentos, dentre eles está a questão identitária. Para além do estranhamento e do reconhecimento, busca-se pela aceitação, pelo respeito às diferenças, pela empatia e pela ressignificação dos saberes e das vivências.</p> <p>O pertencimento não é um agrupamento ou uma “alfabetização cultural”, fora disso, é o auto reconhecimento de seu protagonismo cultural. É o exercício cognitivo de que há outras formas de existência humana e de culturas que expressam seus distintos modos de viver, de crer, de manifestar, enfim, há outros patrimônios que dizem mais do que se observa superficialmente, que são significativos para a humanidade.</p> <p>Ilustração: Capoeiristas</p>
29	<p>O projeto de uma ação em Educação Patrimonial pressupõe a postura investigativa do docente, porém, sem a rigidez autoritária de quem controla a formulação do conhecimento, se fazendo ouvido e dando lugar de voz, abrindo possibilidades de formulação e problematizações coerentes às potencialidades dos alunos, adequando linguagens, inovando quando possível e também utilizando recursos presentes na realidade escolar, buscando soluções de acesso às fontes e ao locais de pesquisa, dialogando com outras disciplinas, explorando os saberes e as vivências da comunidade diante do patrimônio cultural. Nesse contexto, o docente pensa, em seu planejamento “de forma realizável, eficiente, com certa sequência lógica de ações com base em experiências já previamente analisadas”, isto é, para o projeto de Educação Patrimonial, o professor “deve fazer uso de ferramentas operacionais para qualificar sua atuação profissional e ampliar sua criatividade” (PACHECO, 2017, p 71).</p>
30	<p>METODOLOGIAS</p> <p>Metodicamente, o projeto pedagógico para a Educação Patrimonial, pode ocorrer em quatro etapas sequenciais, podendo ser sobrepostas, quando necessário, sendo:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 - Observação 2 – Registro 3 – Exploração 4 – Significação <p>OBSERVAÇÃO: O primeiro momento do aluno com o objeto cultural. O olhar do estudante terá a lente da sua perspectiva social, com significados inerentes à sua experiência com o espaço ou bem cultural observado.</p> <p>REGISTRO: Etapa fundamental, com a expressão das observações do estudante sobre o patrimônio. Espera-se que se perceba para além dos dados oficiais, emergindo significados e valores sociais implícitos, até então. Há nesse diálogo a</p>

	<p>troca de informações próprias do estudante conforme sua vivência, refletindo a ausência de familiaridade ou o contrário, demonstrando sua interação com o patrimônio cultural. Essa conversa com o objeto se faz com a mediação do docente, de modo estimulador e científico.</p> <p>EXPLORAÇÃO: Na exploração, as ações objetivam a compreensão e a interação entre os discentes, com troca de informações obtidas no registro. Necessário ao docente relacionar as impressões dos alunos à exposição dos dados técnicos. O uso de recursos tecnológicos é recorrente nessa fase, dando dinâmica e atualização ao debate, contando com a capacidade técnica do professor</p>
31	<p>SIGNIFICAÇÃO: Considerada a última etapa da ação, visa demonstrar a apropriação dos resultados como síntese da ação educativa para o patrimônio. É a fase de significação da cultura como objeto social ao estudante, com a percepção de novas leituras e por desdobramento, de e outros olhares e novas compreensões sobre objetos e sujeitos no contexto histórico e social.</p> <p>As atividades de conclusão da Educação Patrimonial, como exposições de cartazes, maquetes ou outros modos de materializar o resultado, devem celebrar o acesso e a difusão do conhecimento cultural, demonstrar as diversidades de patrimônios e instigar nos alunos a busca por mais saberes.</p>
32	<p>LUGARES DE MEMÓRIA</p> <p>Para fora dos muros escolares, os lugares de memória onde a Educação Patrimonial pode acontecer, são repletos de informações, sendo que umas estão claramente expostas e outras, ficam na leitura crítica. Museus, arquivos, coleções, cemitérios, monumentos, salas de exposições, santuários e outros lugares, onde se referencia a memória enquanto patrimônio, são espaços privilegiados para a ação educativa.</p> <p>No entanto, a seleção desses lugares de memória deve ser consciente e crítica. Entendendo que os espaços possuem uma comunicação própria, narram o discurso definido pelo agente idealizador e exigem leituras internas, o que é essencial para que o estudante alcance o sentido que a memória dá ao patrimônio. Assim, o ensino de História, de fato, poderá confrontar-se, como espaço de produção de conhecimentos, a partir da operação intelectual de ler o passado e o presente (GIL, 2014, p.19).</p> <p>Ilustração: Fragmento do vitral “Coroa de espinhos”, Basílica Sagrado Coração de Jesus, Cons. Lafaiete/MG</p>
33	<p>A Educação Patrimonial encontra nos bens materiais e imateriais o seu cabedal didático, nos territórios e lugares de memória os ambientes a serem explorados, na história oral o enredo investigativo, bem como nas manifestações culturais a apreciação das tradições sem, no entanto, distanciar-se do presente, das vivências de cada indivíduo, conectando o ontem ao hoje, de modo reflexivo e transformador, tanto no ambiente escolar quanto fora dele.</p>

33	<p>O docente de História, na Educação Patrimonial, é agente provocativo e mediador. Provoca questionamentos, debates e reflexões. Media levantes de perguntas, organiza os desafios e estimula a inquietação existencial. Para tanto, o professor necessita de domínio sobre sua atividade e sobre os conceitos, a priori, formadores.</p> <p>A formação acadêmica, na licenciatura de História, tem no estágio, o momento direcionado para esse exercício, conjugando a prática no contato com o “chão de sala” ao saber teórico vivenciado na academia. Com a formação continuada, em especializações ou pós-graduações, os docentes podem ampliar seus conhecimentos, aprimorar as práticas e rever seus conceitos.</p> <p>O Iphan promove o Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, contemplando educadores e servidores públicos efetivos de todas as esferas. Além de ter, em seu organograma a Coordenação de Educação Patrimonial, os programas Mais Educação e Nacional de Extensão Universitária.</p>
34	<p>ProfHistória - Mestrado Profissional em Ensino de História.</p> <p>O ProfHistória é um curso com oferta nacional, conduzindo ao título de Mestre e Mestra e/ou Doutor e Doutora em Ensino de História, coordenado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e integrado por Comissões Acadêmicas Locais vinculadas a 39 Instituições Associadas, no território brasileiro. O público alvo é formado por docentes da disciplina História, na Educação Básica. Com 4 linhas de pesquisa, o mestrado profissional ProfHistória, contempla os saberes históricos no espaço escolar, linguagens e narrativas históricas: produção e difusão, saberes históricos em diferentes espaços de memória e o ensino de História e Políticas Públicas.</p> <p>O repositório de teses e dissertações do ProfHistória dá acesso gratuito aos trabalhos acadêmicos de conclusão das pós-graduações, com abordagens amplas das 4 linhas de pesquisa e ainda os produtos gerados.</p> <p>Ilustração: Logomarca do ProfHistória - UFU</p>
35	<p>Educação Patrimonial: afinal o que fazer?</p> <p>Átila Tolentino (2016) aborda cinco pontos críticos presentes nas definições sobre Educação Patrimonial, muito comuns nas leituras sobre o tema, porém, segundo o autor, “enganosos”.</p> <ul style="list-style-type: none"> - (F) A Educação Patrimonial como ação alfabetizadora cultural. - (F) A Educação Patrimonial tenha surgido no Brasil, em 1983, como produto do I Encontro de Educação em Museus, na cidade de Petrópolis, RJ. - (F) A Educação Patrimonial gera postura preservacionista nos sujeitos que dela participam. - (F) O objetivo da Educação Patrimonial é servir o Estado. <p>5 - (F) O slogan “Conhecer para preservar” não condiz com uma Educação Patrimonial crítica, reflexiva e dialógica.</p>

36	<p>Educação Patrimonial: afinal o que fazer?</p> <p>Ainda, acompanhando o raciocínio de Tolentino, as assertivas falsas, apresentadas anteriormente, podem ser repensadas com as seguintes considerações, para que tratem da Educação Patrimonial de acordo com as reflexões contemporâneas:</p> <p>1- (V) A Educação Patrimonial é uma ação que valoriza as vivências culturais e sociais dos participantes, percebendo os elementos históricos próprios de cada manifestação, arte, crença, modos e tudo que possa ter significância histórica e, portanto, cultural. Não há cultura melhor ou pior, mas o respeito à diversidade e às multiplicidades é fundamental no projeto proposto.</p> <p>2- (V) A Educação Patrimonial, enquanto atividade educativa no contexto histórico e cultural, advém das ações escolares desenvolvidas no ambiente escolar, com pesquisas e visitas aos museus, cidades históricas, memoriais, santuários, bibliotecas e outros lugares de memória, desde os primeiros momentos da Educação brasileira.</p> <p>3- (V) A Educação Patrimonial busca despertar o diálogo entre os sujeitos culturais e a comunidade com reflexões, descobertas e posicionamentos diante dos patrimônios culturais. A preservação é um efeito do processo, que em um ambiente democrático não impera como finalidade</p>
37	<p>4 - (V) A Educação Patrimonial é multidisciplinar, transversal e constante, considerando as vivências, os cotidianos, os aprendizados e as muitas possibilidades de debate cultural, sendo o professor aquele que media e incentiva a participação dos estudantes em todas as etapas de reconhecimento e preservação dos patrimônios culturais. Como ação dialógica, o direito ao esquecimento e à lembrança faz parte dos conflitos esperados no processo de aprendizado sobre patrimônio, como também o entendimento de que as memórias são selecionadas por quem as tem, do mesmo modo espera-se a apreensão dos conceitos de singularidades, especificidades e diversidades como elementos passíveis de patrimonialização.</p>
	<p>5 - (V) A Educação Patrimonial ao ser uma ação crítica, reflexiva e dialógica compreende que, para preservar um patrimônio não basta conhecê-lo, é necessário ter informações que vão além da narrativa oficial e das descrições técnicas. Conhecer é analisar sua existência e representatividade, ir à dimensão simbólica do espaço ocupado pelo patrimônio na sociedade. Perceber protagonismos e relativismos na construção das decisões políticas de preservação ou de abandono sobre os patrimônios culturais.</p>
38	<p>CONSELHEIRO LAFAIETE - BREVE HISTÓRICO</p> <p>Ilustração: Contorno do mapa geográfico do estado de Minas Gerais e o brasão de Conselheiro Lafaiete sobreposto.</p>

39	<p>A cidade de Conselheiro Lafaiete está a 96 km de Belo Horizonte, na região central do estado, sendo o principal município da microrregião do Alto Paraopeba. Sua origem colonial se deu pelo povoamento e exploração de terras para mineração e agricultura de subsistência, a partir do final do século XVII, com a formação do Arraial do Campo Alegre dos Carijós.</p> <p>Sua população é estimada em 130 mil habitantes. A economia tem no comércio e na prestação de serviços o seu ponto forte. No entanto, a principal fonte de renda e de geração de emprego são as mineradoras e as siderúrgicas.</p> <p>Ilustração: Sacada da casa mourisca, Rua Afonso Pena, Cons. Lafaiete/MG.</p>
40	<p>SÍMBOLOS MUNICIPAIS</p> <p>O brasão é um símbolo complexo, com referências políticas, culturais e sociais. A coroa cinza simboliza a criação da comarca de Queluz, em 1872. Ao centro há duas comendas e um escudo de família, todos fazem referência ao conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira que pertencia às ordens da Grã-Cruz de Cristo e da Rosa. Em verde, o desenho demonstra as montanhas como riqueza natural da região. Os ramos que contornam o escudo são de milho e de arroz, à direita e esquerda, respectivamente, expressando as lavouras importantes para o município à época. A engrenagem cinza e as duas ferramentas são referências à indústria e ao extrativismo mineral. Por último, em vermelho, a fita tem inscrições de duas datas históricas: 1790 – elevação do arraial de Carijós para Real Villa de Queluz e 1866 – emancipação política da cidade de Queluz. Ao centro da fita o nome dado ao município em 1934, homenageando o conselheiro imperial.</p> <p>Ilustração: Brasão municipal de Conselheiro Lafaiete/MG.</p>
41	<p>A bandeira do município de Conselheiro Lafaiete foi idealizada por Arcinoé Antônio Peixoto de Faria. Seu desenho segue as regras da heráldica portuguesa, com a divisão em quatro espaços, centralizada pelo brasão municipal. Cada quadra é verde, cortada por faixas vermelhas e brancas. Os simbolismos presentes são: as faixas formam uma cruz ao centro, remetendo ao cristianismo como religião predominante da população local; as cores verde, cinza e vermelha correspondem às do centro do brasão; o losango branco ao centro refere-se à sede onde estão os poderes municipais; as faixas são os caminhos que ligam o território municipal à sede.</p> <p>Ilustração: Bandeira de Conselheiro Lafaiete/ MG.</p>
42	<p>Hinos</p> <p>Como símbolos municipais, há 2 hinos para a cidade.</p> <p>Hino da Cidade de Conselheiro Lafaiete (I)</p> <p>Entre as Minas de Ouro refulge Manganês de seu solo mineiro, Das jazidas extensas, profundas, Vão tirando o metal pioneiro.</p>

42	<p>Carijós, tradição e grandeza, Foste Vila Real de Queluz, Hoje, tens expressão, Lafaiete, Ao futuro tua glória conduz...</p> <p>Progressista gloriosa cidade, No passado te ergueste altaneira, Relembrando o valente Galvão, Na feliz epopeia mineira.</p> <p>Canta hoje a bravura dos filhos, Destemidos valentes soldados, Em Montese tua glória levaste, Nas saudades dos dias passados.</p> <p>Uma estrela resvala do céu, É Maria, a Patrona celeste, Quanta glória te foi concedida, Quanta fé, nos destinos, nos deste</p> <p>Letra: Monsenhor José Sebastião Moreira Música: José Calixto Tolentino</p>
43	<p>Hino da Cidade de Conselheiro Lafaiete (II)</p> <p>Esse campo verdejante, que se estende para o infinito, que encanto, como é bonito! Esse grande deslumbramento, Não deixemos no esquecimento: cantemos glórias infinitas, cantemos que são bonitas!</p> <p>Quando os velhos bandeirantes, nesta terra se fixaram, nela somente encontraram (bis) o nativo carijó, (Dele nem mais um só)</p> <p>Mas chegou o momento, enfim, em que as artes de desenvolveram, e algo mais veio sendo assim, até que o sangue de Tiradentes, regou a terra então feraz. E ela nos deu em fortes torrentes Tudo que é bom e é belo: Trabalho, progresso e paz.</p>

	<p>Grandes feitos de outrora, marcam tua história, tua pujança de agora, é o orgulho de todos nós. Ó cidade enlevo de nossos avós! Teus filhos vão elevar-te e fazer de ti Lafaiete: Um abençoado terrão!</p> <p>Letra: Romeu Guimarães de Albuquerque Música: Mansueto Leão Corrêa</p>
44	<p>BENS TOMBADOS</p> <p>Capela Filial de Nossa Senhora da Conceição da Passagem do Gagé Capela Filial de Santa Efigênia Capela Filial do Santo Antônio Casa de Cultura Prof. Gabriella Mendonça Casa de Hóspedes da Remonta Chafariz Sede da Fazenda dos Macacos Coreto da Praça São Sebastião Coreto da Praça Tiradentes Coroa da Imagem de Nossa Senhora da Conceição Fazenda do Paraopeba Fonte Luminosa Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição Igreja Matriz do Bom Pastor Imagem de Nossa Senhora da Conceição Imagem de Nosso Senhor do Passos Locomotiva Orenstein & Koppel (Museu Ferroviário) Monumento à Índia Carijó Monumento ao Conselheiro Lafayette Monumento ao Expedicionário Monumento aos Trabalhadores Monumento Cristo Redentor Prédio da Antiga Cadeia - Biblioteca Museu Antônio Perdigão Arquivo da Cidade Santuário Basílica do Sagrado Coração de Jesus Sítio da Varginha do Lourenço Solar Barão do Suaçuí Solar das Lana Solar do Amaral Casa do Artesanato Solar dos Nascimento</p>

46 a 49	<p>BENS INVENTARIADOS (sede, zona rural e distrito)</p> <p>Altar Mor Imagem de São Sebastião Aparelho de Telégrafo Arquivo Antônio Perdigão Banda Centro Ó... Fônico do Arraiá do Povinho Banda Dança do Rosário Banda de Congado de N. Senhora do Rosário e Nossa Senhora da Guia Banda de Dança do Rosário de Santa Efigênia Cadeado de Linha Cadeira do Conselheiro Imperial Dr. Lafayette Rodrigues Pereira Casa de Cultura Prof.^a Gabriela Mendonça Casa de Hóspedes da Remonta do Exército</p>
	<p>Casarão Herculano do Vale Chafariz da Praça Barão de Queluz Chapéu do Conselheiro Imperial Dr. Lafayette Rodrigues Pereira Cofre Colégio Nossa Senhora de Nazaré Conjunto Urbano do Povoado de São Vicente Coreto Praça São Sebastião Coreto Praça Tiradentes Crucifixo Cruzeiro da Comunidade de São Vicente de Paula</p>
	<p>Cruzeiro do Rancho Novo Cruzeiro em Madeira Edificação à R. Afonso Pena nº 86/92 Escola Estadual Domingos Bebiano Estação Ferroviária Lafaiete Fazenda do Paraopeba Fazenda do Zé Arigó Filtro Fiel Folia de Minas - Localidade do Rancho Novo Folia de Reis de São Sebastião Folia de Reis do Divino Espírito Santo e Misericórdia Fonte (Bica) das Lavadeiras do Rancho Novo Fonte Grande Fonte Luminosa Grêmio Musical “12 de Outubro” Guarda de Congado Santa Efigênia Igreja de São Sebastião do Gagé Guarda Feminina de São Jorge Guindaste da ferrovia Igreja de São Gonçalo do Brandão Igreja de São Sebastião</p>

Igreja Matriz da Nossa Senhora da Conceição
Igreja N. Senhora de Luz
Imagem de Maria Menina
Imagem de Nossa Senhora da Conceição
Imagem de Nossa Senhora da Piedade
Imagem de Nossa Senhora das Dores
Imagem de Nossa Senhora do Rosário
Imagem de Nosso Senhor dos Passos
Imagem de Santa Bárbara
Imagem de Santa Efigênia
Imagem de Santo Agostinho
Imagem de Santo Antônio
Imagem de São Benedito
Imagem de São Francisco Chagas
Imagem de São Gusmão
Imagem do Menino Jesus
Imagem do Senhor Morto
Irmandade de Santo Antônio - Capela de Santo Antônio
Lavabo de Madeira do vagão de passageiros
Lavadeiras do Rancho Novo - ofício
Locomotiva Orenstein & Koppel
Maquete de Vagão de Passageiros – Cia. Santa Matilde de Vagões
Máquina de Picotar bilhetes ferroviários
Marco Maçônico
Monumento à Índia Carijó
Monumento ao Conselheiro Lafaiete
Monumento ao Cristo Redentor
Monumento ao Tiradentes
Monumento aos Expedicionários
Monumento aos Trabalhadores
Monumento dos Inconfidentes de Queluz
Passagem Capela de Santo Antônio
Prédio da Antiga Cadeia
Prédio da Prefeitura
Quadro de Mapeamento KM 060
Relógio da Praça Tiradentes
Semana Santa
Sinaleiro de Mão
Sino da Capela de São Sebastião de Amaro Ribeiro
Solar das Lana
Solar do Barão de Suaçuí
Solar dos Amaral - Furtado
Staff – controlador de tráfego ferroviário

	<p>Telefone de Parede da estação ferroviária</p> <p>Violas de Minas</p> <p>Violas de Queluz</p>
50	<p>BENS INVENTARIADOS</p> <p>Ilustração: Esboço à lápis marchetaria de uma Viola de Queluz</p>
51	<p>RESUMO DA HISTÓRIA DA CIDADE</p> <p>A historiografia tradicional registra a chegada dos bandeirantes paulistas por volta de 1680, acontecendo o encontro deles com os nativos da região, destacando o povo Carijó, que naquele momento habitava o campo, no vale do Alto Paraopeba, dando origem ao Arraial do Campo Alegre dos Carijós.</p> <p>Logo que as primeiras minas de ouro foram descobertas e oficializadas, no início do séc. XVIII, muitos colonizadores começaram a ocupação das terras, tanto para mineração quanto para a produção de alimentos e moradia. Assim surgiram povoados com construções e templos, além de fazendas e estradas. A capitania de Minas Gerais tornou-se habitada por colonizadores, por pessoas escravizadas - africanas e indígenas e por mestiços livres pobres.</p> <p>O Caminho Velho era a estrada que ligava as localidades povoadas em São Paulo e nas terras mineiras ao litoral de Paraty. No entanto, os bandeirantes se apossaram da trilha utilizada pelos povos indígenas, que era um caminho mais acessível entre o Rio de Janeiro e a Vila Rica - Ouro Preto, nascendo o Caminho Novo, a partir de 1698.</p> <p>Ilustração: Detalhe construção colonial, com janela de grades, coluna de pedras e parede caiada. (criação)</p>
52	<p>A exploração de metais e pedras preciosas em Minas Gerais levou à cobrança de altos impostos pela Coroa Portuguesa, deixando seus habitantes revoltados. Um dos movimentos foi a Conjuração ou Inconfidência Mineira em 1789/1792. No arraial dos Carijós ficaram expostas 2 partes do corpo esquartejado de Tiradentes, às margens do Caminho Novo, por ele ter falado seus planos revoltosos nas estalagens do arraial.</p> <p>Em 19 de setembro de 1790, o arraial foi elevado à Real Villa de Queluz, ganhando maior autonomia política e jurídica. A vila era a sede de um grande território, que hoje é composto por cidades vizinhas. Em 1842, aconteceu na vila, um movimento armado contra as tropas do imperador Dom Pedro II, conhecido como Revolução Liberal, que marcou a história política nacional. Em 1866, Queluz tornou-se cidade.</p> <p>A cidade de Queluz passou a ter uma estação ferroviária em 1883, com o nome de Lafayette. Homenagem ao filho da terra que, muito jovem, conquistou fama e poder em cargos e funções na monarquia de Dom Pedro II. A trajetória de Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira alcançou projeção dentro e fora do Brasil, justificando a mudança do nome da cidade, em 1934, para Conselheiro Lafaiete.</p>

	<p>Ilustração: Detalhe construção rural colonial, Fazenda dos Macacos, Cons. Lafaiete/MG.</p>
53	<p>A antiga Queluz “de Minas” foi descrita como terra de muitas fazendas e variado comércio, no entanto, essa riqueza foi construída com desigualdade e exploração. Povos indígenas e africanos foram escravizados pelos colonizadores por séculos. Somando-se a eles, os imigrantes de diversas nacionalidades formaram a diversidade cultural presente na cidade.</p> <p>Com a chegada da ferrovia, a indústria surgiu na cidade, juntamente com a ampliação da economia em diversos ramos. No início do séc. XX, a cidade já era um polo regional para serviços, educação, saúde e transporte. Novos bairros cresceram para a habitação de famílias vindas dos distritos e das cidades vizinhas, a urbanização fez um novo desenho para o município.</p> <p>Recebendo trabalhadores e viajantes de muitos lugares ficou fácil para a gripe espanhola instalar-se na cidade, causando sofrimento e perdas na população. Operários, ferroviários, militares, comerciantes e outros profissionais tiveram que superar as dificuldades da Segunda Guerra Mundial, inclusive partiu de Lafaiete um grupo de Expedicionários para a batalha na Itália.</p> <p>Ilustração: Linha férrea e locomotiva em movimento. (criação)</p>
54	<p>A partir de 1890, a mineração de manganês no Morro da Mina, propiciou uma fase de desenvolvimento local muito importante, pois a Cia. Meridional fortaleceu a economia da cidade, incentivou a educação com uma escola própria para os filhos dos funcionários e marcou a história da classe operária com a formação de cooperativa e sindicato. Os bairros vizinhos da mineração receberam novos moradores, diversificando a cultura local, por meio dos imigrantes europeus, com novos hábitos, profissões e crenças.</p> <p>A Cia. Santa Matilde, instalada em 1926, destacou-se como fábrica de vagões, automóveis e diferentes componentes industriais para grandes empresas nacionais e estrangeiras. A partir dela surgiu o bairro com o mesmo nome, sendo um dos mais populosos da cidade.</p> <p>No distrito de Congonhas, a mina de ferro de Casa de Pedra, explorada desde 1911, passou a pertencer à Cia. Siderúrgica Nacional - CSN em 1946, aumentando a demanda por mão-de-obra qualificada, atendida por boa parte dos lafaietenses.</p> <p>Nas periferias onde a maioria da população era de pobres e dos que foram escravizados e seus descendentes, coube a realização dos serviços pesados, domésticos e temporários. As localidades dos Moinhos, Matadouro, São João e Rosário são exemplos dessa formação social histórica, caracterizada hoje pela diversidade cultural de matriz africana.</p> <p>As localidades próximas à linha férrea foram os principais lugares onde se instalaram as famílias imigrantes, sendo boa parte delas, de trabalhadores</p>

	ferroviários, operários e comerciantes. Seus hábitos influenciaram na arquitetura local, nas manifestações artísticas, na educação e na religião.
55	<p>Nesses quase 350 anos de história da cidade de Conselheiro Lafaiete, as lutas entre os interesses de uns e a resistência de tantos outros pode ser percebido no patrimônio cultural, nos lugares e de memórias e nas vivências. Das edificações preservadas saltam beleza arquitetônica e narrativas sociais. Os templos religiosos são porta-vozes das crenças que se instalaram há séculos.</p> <p>Das manifestações artísticas percebe-se a criatividade, a diversidade, a identidade e a adaptação que seus agentes realizam para manter tradições e ao mesmo tempo, modernizar com novos olhares e atitudes contemporâneas. Os ciclos econômicos tornaram a cidade um polo regional, construindo a história local com elementos próprios e ao mesmo tempo, fazendo parte da história mineira e nacional.</p> <p>A educação patrimonial tem como essência a pesquisa e o debate democrático, tanto do que passou como do tempo presente. Os sujeitos históricos que constituem o patrimônio cultural da cidade devem ser percebidos na totalidade. Não há cultura melhor nem pior, não há hierarquia na cultura. Não há ensino sem aprendizado, por isso os docentes são os primeiros a ter acesso às informações patrimoniais.</p>
56 e 57	<p>PATRIMÔNIO DE VIVÊNCIAS</p> <p>A palavra vivência tem sido usada para expressar, dentre outros entendimentos, a experiência vivida coletivamente, na aplicação do conceito de patrimônio. Mas traduzir vivências na prática da Educação Patrimonial é um desafio que o docente de História enfrenta, necessitando de articulação conceitual e possibilidades empíricas.</p> <p>O patrimônio cultural, por vezes, é arranjado em prateleiras antagonistas: popular e erudito, sagrado e profano, folclórico e clássico, de pobre e de rico, do povo e da elite, entre outros. No entanto, o patrimônio de vivências não se submete às categorizações comuns aos rotuladores, pois se reconhece as vivências nas expressões do povo como o falar, o vestir, o espiritualizar, e ainda como manifesta suas referências ancestrais, como educa as crianças, que valores constituem os padrões comportamentais, traduzem patrimônio imaterial em expressões de vida. A globalização e a aculturação causada pelos meios de comunicação em massa apresentam um cenário de guerra na formação humana, independente de idade ou escolarização, daí a preocupação da Educação Patrimonial em desvelar as vivências e propor a audiência para que os mestres, detentores de saberes, comunidades tradicionais e demais agentes possam ter lugar nesta sociedade contemporânea.</p> <p>Perceber quais são os patrimônios de vivências em nosso entorno, demanda observação e leitura crítica social. A guisa de exemplo, os costumes entre amigos de apelidar e nomear uns aos outros pelos laços familiares ou lugar de origem, os cabelos penteados propriamente às ocasiões, as brincadeiras de rua, as cantigas,</p>

	os cumprimentos em acenos e gestos constituem repertório vasto e que nutre os simbolismos presentes na memória de um povo.
58	<p>INDICAÇÕES PARA DOCENTES</p> <p>Os textos abaixo são sugestões para os docentes que queiram acrescentar conhecimento e atualizar conceitos em debates atuais sobre Educação Patrimonial, principalmente no ambiente escolar, com o ensino de História.</p> <p>Tema 1 – Patrimônio</p> <p>FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além de pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina. CHAGAS, Mário. (Orgs.) Memória e Patrimônio - Ensaio contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2003. p. 59-79.</p> <p>FRANCO, Francisco Carlos. Educação, Patrimônio e Cultura Local: concepções e perspectivas pedagógicas. Curitiba: CRV, 2019.</p> <p>FUNARI, Pedro Paulo, PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. Patrimônio Histórico e Cultural. Coleção Passo-a-Passo. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.</p> <p>GIL, Carmem Zeli de Vargas, TRINDADE, Rhuan Targino Zaleski. (Orgs.) Patrimônio Cultural e Ensino de História. 1ª Ed. Porto Alegre - RS: Edelbra, 2014.</p> <p>ZUKIN, Sharon. Patrimônio de quem? Cidade de quem? Dilemas sociais do patrimônio cultural na dimensão urbana. Traduzido por Carlos Szlak. In: CYMBALISTA, Renato. FELDMAN, Sarah. KÜHL, Beatriz M. (Orgs.) Patrimônio Cultural: Memória e Intervenções Urbanas. São Paulo: Anneblume, 2017. p. 25-46</p>
59	<p>Tema 2 - Ensino de História</p> <p>BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História – fundamentos e métodos. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011</p> <p>FERREIRA, Marieta. O ensino de História , a formação de professores e a pós-graduação. Anos 90, Porto Alegre, v. 23, n. 44, p. 21-49, dez. 2016.</p> <p>MATTOZZI, Ivo. Currículo de História e Educação para o Patrimônio. Educação em Revista. Belo Horizonte, n. 47. p. 135-155, jun. 2008.</p> <p>PACHECO, Ricardo de Aguiar. Ensino de História e Patrimônio Cultural – Um percurso docente. Jundiaí: Paco, 2017.</p> <p>RODRIGUES, Rogério Rosa. BORGES, Viviane. (Orgs.) História Pública e história do tempo presente. São Paulo, SP: Letra e Voz, 2021.</p>
60	<p>Tema 3 - Educação Patrimonial</p> <p>BIONDINI, Isabella Virgínia Freire; STARLING, Mônica Barros de Lima; CARSALADE, Flávio Lemos. A política do ICMS Patrimônio Cultural em Minas Gerais como instrumento de indução à descentralização de ações de política pública no campo do patrimônio: potencialidades e limites. Cadernos da Escola do Legislativo, Belo Horizonte, v.16, n.25, p. 133-179, jan./jul. 2014. Acessível em: https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/13260</p>

60	<p>Iepha / MG. EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL “Novas Metodologias e Práticas de Difusão” Parte 1. Acessível em: https://www.iepha.mg.gov.br/images/Curso_ICMS_2019/Apresent%C3%A7%C3%A3o_CGPC_EP_Luzinete_Parte_2.pdf</p> <p>Iphan/Ministério da Cultura. Educação Patrimonial. Acessível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343</p> <p>MARCHETTE, Tatiana Dantas. Educação Patrimonial e políticas públicas de preservação no Brasil. Curitiba, Intersaberes, 2016.</p> <p>PINTO, Helena. A Educação Patrimonial num mundo em mudança. Revista Educação e Sociedade. Campinas. v 43. e255379, 2022. p 1- 13. Acessível em: http://www.scielo.br/j/es/a/rn7z7jtnh3rx7kksLvHrjmf/</p> <p>SCIFONI, Simone. Patrimônio e Educação no Brasil: o que há de novo? Revista Educação e Sociedade, Dossiê: Identidades, Patrimônios e Educação em Perspectiva Internacional - Questões para o século XXI. Campinas, v. 43, e255310, 2022. Acessível em: https://doi.org/10.1590/ES.255310</p> <p>SILVA Junior, Acioli Gonçalves da. Educação patrimonial, história local e ensino de história: uma proposta para o trabalho docente. Dissertação mestrado ProfHistória UFF, 2016. Disponível em: http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/173405</p>
61	<p>Tema 3 - Educação Patrimonial</p> <p>Educação patrimonial [recurso eletrônico] : políticas, relações de poder e ações afirmativas / organização, Átila Bezerra Tolentino, Emanuel Oliveira Braga. – Dados eletrônicos (1 arquivo PDF: 2 megabytes). – João Pessoa: Iphan-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016. – (Caderno Temático: 5) Modo de acesso: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_educacao_patrimonial_05.pdf</p>
62	<p>Tema 4 - Cultura e lugares de memória</p> <p>AZEVEDO, Flávia Lemos Mota. CATÃO, Leandro Pena. PIRES, João Ricardo Ferreira. (Orgs.) Museu – Cidadania, memória e Patrimônio: as dimensões do museu no cenário atual. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.</p> <p>MARTINS, Walkiria Maria de Freitas, A pena e o compasso: políticas públicas patrimoniais e a produção da paisagem urbana de Viçosa – MG entre 1980 e 2010. 277 f. Dissertação de mestrado em Patrimônio, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa / MG. 2016.</p> <p>MENESES, José Newton Coelho. A Vivência e a Musealização da Vida. Experiências, memória social, interpretação do patrimônio cultural e museu. XXVII Simpósio Nacional de História – Conhecimento histórico e diálogo social. ANPUH. Natal/RN, 22 a 26 jul. 2013. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548874920_a8912046a1004d83692c905e73c95c13.pdf</p> <p>MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. Conferência Magna, In: I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão - Ouro Preto - MG 2009– Vol 1. p. 25 – 39.</p>

	Disponível em: phan.gov.br/uploads/publicacao/Anais2_vol1_ForumPatrimonio_m.pdf
	MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. Anais do Museu Paulista. São Paulo, N. Ser. v.2, p. 9-42, jan./dez. 1994. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-47141995000100011 SCIFONI, Simone. Patrimônio e Educação no Brasil: o que há de novo? Dossiê - Identidades, Patrimônios e Educação em perspectiva internacional: questões para o século XXI. Educ. Soc., Campinas, v. 43, e255310, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/es.255310
63	<p>SUGESTÕES DE ATIVIDADES</p> <p>A intenção das sugestões a seguir é de apresentar possibilidades aos docentes, para ações educativas com o tema patrimônio cultural. São dinâmicas coletivas, roteiros de visitas, pesquisas orais, registros e exposições para fazer em ambiente escolar, ou adaptar para outros espaços, conforme a necessidade.</p> <p>1 - Caderno de receitas</p> <p>Nessa ação, os estudantes são estimulados a pesquisar, em sua casa, com seus familiares, quais são os “pratos” que fazem parte das festas de família, aquelas receitas que foram ensinadas pelas avós ou pessoas mais velhas e que ainda fazem parte das celebrações familiares. Após a entrevista dos alunos em suas casas, o registro da receita é feito em escrita manual, entregue ao professor ou professora, para ajustes gramaticais que não alterem a narrativa e o vocabulário. Afinal, a linguagem é um patrimônio reconhecido na educação.</p> <p>Ilustração: Tábua com queijo minas fatiado e xícara esmaltada de café. (criação)</p>
65	<p>2 - Visita aos lugares de memória</p> <p>A prática de visitas técnicas aos museus, bibliotecas, santuários, praças, mercados municipais, centros culturais e templos religiosos, dentre outros lugares de memória, é uma ação educativa para o patrimônio que deve ser realizada com planejamento detalhado. Os docentes devem verificar antecipadamente a condição de acesso ao local selecionado, bem como a lotação máxima de visitantes, horário de funcionamento, valor de ingressos (meia entrada para estudantes é um direito), regras de visita e o mais importante, se o local é relevante à proposta de Educação Patrimonial.</p> <p>1 - Em sala de aula, o estudante recebe informações sobre os lugares possíveis de visita para que conheçam o patrimônio cultural como objeto da visita. 2 - O docente orienta uma pesquisa sobre o lugar selecionado. Nessa abordagem a origem do lugar, sua função, seu acervo e as características que o tornam lugar de memória devem ser apresentadas. Assim pode-se estimular a observação direcionada e orientar sobre os olhares e percepções possíveis no ambiente.</p>

	<p>3 - Conduzir a visita de modo que o estudante se perceba em uma ação científica, crítica e interessante. A curiosidade dos estudantes enriquece a atividade, no entanto, a mediação docente fará com que as descobertas traduzam reflexão e aprendizado.</p>
66	<p>4 - Registrar em fotos e vídeos o que for possível, é uma das maneiras de obter a impressão dos visitantes. A exposição desse material contribui para o diálogo sobre as várias formas de perceber a memória e o patrimônio.</p> <p>5 - Expor o resultado da visita em apresentação de seminário, feira, maquete, produção de vídeos ou exposição de imagens em cartazes ou painéis possibilita que o estudante use seu vocabulário e demonstre suas percepções sobre o local visitado.</p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer lugares onde a memória e o patrimônio transmitem informações sobre a história e a cultura. • Experimentar ações coletivas de visita aos lugares destinados ao turismo e à memória, percebendo a origem, função e objetivos do local. • Reconhecer discursos (os declarados e os implícitos) em exposições e nas construções visitadas. • Apresentar as percepções e os aprendizados obtidos na visita. <p>Ilustração: Recorte de manuscrito século XVIII.</p>
67	<p>3 - Álbum de figurinhas</p> <p>Essa ação precisará de uma parceria com os locais de visita e pessoas representativas da cultura local para troca dos envelopes com figuras com os alunos. Na escola, o professor, após abordar os patrimônios culturais da cidade, entregará aos alunos um álbum de figurinhas para ser completado.</p> <p>As embalagens com figuras estarão previamente disponíveis nos espaços culturais que serão visitados pelos alunos, sendo entregues no final da visita. As imagens dos bens culturais serão coladas nas páginas do álbum, onde haverá um texto explicativo sobre os patrimônios. No final de determinado prazo, os alunos que conseguirem preencher o álbum receberão um brinde do comércio local ou da gestão pública, como incentivo pelo desafio concluído.</p> <p>Objetivos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 - Conhecer os patrimônios culturais municipais. 2 - Interação da comunidade escolar, comércio local e gestão pública em prol do patrimônio. 3 - Troca de informações e apoio mútuo entre os estudantes para realizar as tarefas e conquistar os selos que darão direito às figurinhas.

68	<p>4 - Teatro histórico</p> <p>Apresentação de uma peça teatral, tendo por objetivo encerrar as atividades de Educação Patrimonial ocorridas na escola. O docente mediará a escolha de um episódio histórico da cidade, para que os alunos interpretem.</p> <p>Objetivos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 - Selecionar acontecimentos históricos locais que tenham significação no patrimônio cultural. 2- Produzir coletivamente a dramatização do episódio selecionado observando os sujeitos históricos e suas participações no evento. 3- Apresentar a peça para a comunidade escolar como encerramento da Educação Patrimonial. 4- Desmitificar o heroísmo hegemônico e atribuir o protagonismo dos sujeitos subalternos na sociedade local, afirmando a diversidade cultural, as lutas de classe, a valorização das conquistas e as necessidades ainda existentes. <p>Exemplos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Bandeirantes, povos indígenas e escravizados africanos na formação do povoamento. 2- Inconfidência Mineira - participantes e consequências. 3 - Estação Lafayette - Queluz de Minas em transformação. 4 - Expedicionários - a jornada dos pracinhas lafaietenses. 5 - A história dos festivais - fé, arte, cultura e talentos da cidade.
69	<p>5 - Festival de patrimônios culturais</p> <p>Após as atividades informativas de Educação Patrimonial, a escola promoverá um festival com apresentações de grupos culturais, trabalhos artesanais, culinária e outras formas de expressões culturais locais.</p> <p>Objetivos:</p> <p>Selecionar coletivamente os atrativos para o festival considerando os patrimônios imateriais e suas expressões.</p> <p>Organizar e realizar o festival, junto da comunidade escolar.</p> <p>Valorizar os agentes culturais locais, as expressões tradicionais de cultura, os saberes e modos de fazer os ofícios culturais.</p> <p>Exemplos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 - Mostra de artesanato com bordados. 2 - Festival de Cultura Afro-brasileira. 3 - Roda de Capoeira e desafio de Hip Hop. 4 - Noite de seresta e viola. 5 - Tarde de contos e causos.

70	<p>Sugestões para acesso eletrônico:</p> <p>1 - Iepha: https://www.lepha.mg.gov.br/ 2 - Iphan: http://portal.lphan.gov.br/ 3 - UNESCO: https://www.unesco.org/en 4 - Biblioteca, Museu e Arquivo da Cidade “Antônio Perdigão”: Facebook Museu e Arquivo Antônio Perdigão 5 - Secretaria Municipal de Cultura de Conselheiro Lafaiete: https://www.instagram.com/culturalafaiete/ 6 - Arquivo Público Mineiro: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/ 7 - Ministério Público de Minas Gerais - Defensoria do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural: https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/areas-de-atuacao/cidades-e-meio-ambiente/patrimonio-cultural/ 8 - Biblioteca Nacional Digital: https://bndigital.bn.gov.br/ 9 - Portal do Bicentenário: https://portaldobicentenario.org.br/timeline/caderno-de-apoio-a-aprendizagem-afro-indigena-brasileira/ 10 - Educação Patrimonial: Patrimônio, o que é? Apresentando: Alessandra Visentin. https://youtu.be/UdnNsEtdC1k?si=FbabeauMahfmHXBK 11 - Repositório ProfHistória - Ebooks: http://site.profhistoria.com.br/ebooks/</p>
71	<p>AGRADECIMENTOS</p> <p>Ao programa ProfHistória - mestrado em Ensino de História, em rede nacional; À Universidade Federal de Uberlândia - UFU - coordenação do curso, professores, colegas da turma 2022 e ao orientador Prof. Jean Luiz Neves Abreu; À Secretaria Municipal de Educação e Esportes de Conselheiro Lafaiete - secretário Prof. Albano de Souza Tibúrcio; À Escola Municipal Meridional - diretor Prof. Heder Dutra, colegas docentes, servidores, comunidade escolar e queridos alunos; À família e amigos. Ilustração: Carro de boi na estrada de terra. (criação)</p>
72	<p>Poesia Interior (parte2)</p>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo professora de História para o ensino fundamental II, por vezes me vi na situação de encabeçar ações educativas pré-estabelecidas pelo gestor público. Nem sempre foram práticas eficientes, visavam apenas o cumprimento de um roteiro pronto, que após a aplicação com os estudantes, geravam um relatório a ser enviado ao setor responsável pela Cultura da cidade de Conselheiro Lafaiete, que por sua vez, anexava-o aos documentos enviados ao Iepha/MG, aguardando a análise e a divulgação da pontuação recebida. A Educação Patrimonial é uma prática recorrente para as ações que visam divulgar e preservar seus bens culturais, no entanto, as aulas de História são as mais requisitadas para esse fim, o que nos leva a questionar a função do docente da disciplina nessa atuação. Essa preocupação se acentua no estado de Minas Gerais, que tem a política pública de pontuar e distribuir recursos financeiros aos municípios participantes do programa de ICMS Cultural, onde a Educação Patrimonial é um quadro específico para o repasse aos cofres públicos.

A graduação dos docentes de História tem disciplinas e estágios que orientam sobre o tema, porém, faz-se necessário a formação continuada, visando atualizar os conceitos, primeiramente sobre o Ensino de História, como também sobre Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial. Nesse sentido, o debate proposto apresenta os conceitos fundamentais consolidados, e outros que se fazem diante de abordagens recentes, com novos olhares e posturas, propondo um diálogo democrático entre escrita acadêmica e prática docente.

Compreender que patrimonialização é uma ação política, onde o patrimônio se transforma em objeto de proteção por interesse de um determinado grupo, é fundamental ao docente, pois assim ele tem condições de mediar a análise de seus alunos diante da experiência com patrimônio cultural. Do mesmo modo, é relevante que os termos histórico e cultural sejam debatidos, pois no senso comum entende-se que a História é a ciência que identifica os patrimônios culturais, trabalhando para satisfazer os desejos da gestão pública, propondo o enaltecimento de heróis, a feitura de personalidades marcantes e a conservação de obras que reforcem a estrutura social predominante.

Nas narrativas hegemônicas, os monumentos devem ser preservados pela representação que projetam na sociedade, no entanto, a leitura crítica sobre essa categoria de patrimônio desperta reflexões sobre a sua essência social, seus desdobramentos e os silenciamentos que, em um roteiro padronizado de visita à lugares de memória, não se poderia perceber sem o

conhecimento das políticas públicas de proteção dos patrimônios culturais no mundo e no Brasil.

Visitar as “cidades históricas” e os “patrimônios da humanidade” é uma atividade que vai além do “turismo histórico cultural”, quando o educador desconstrói a mitificação dos lugares excepcionais e valoriza a história local com o protagonismo dos agentes culturais ativos, aqueles que mantêm tradições de seus antepassados, que adaptam-se às modernidades mas reservam sua sabedoria no cotidiano, na vivência de seus ofícios, nas suas crenças e posturas diante da vida. Um museu não é um “lugar de coisas velhas”, mas um espaço de memória selecionada e organizada com finalidades, algumas objetivas e outras subjetivas, o olhar atento para esse lugar é o que vai produzir conhecimento histórico e identificação cultural.

Em caminho oposto ao tradicionalismo que hierarquiza a cultura, a Educação Patrimonial considera as vivências culturais como basilar à formação cidadã. Professores mediadores transformam curiosidade em aprendizado, conhecimento e identificação cultural. O planejamento de uma ação que eduque, tendo por base o patrimônio, considera o desenvolvimento intelectual dos estudantes e dimensiona o aprendizado que se espera com tal iniciativa, foge da distância abissal que há entre saber técnico acadêmico e saber popular, portanto o ensino de História contribui para a elaboração de projetos multidisciplinares com estudos e significações sobre a importância dos patrimônios culturais, com abordagens atualizadas, relacionando os acontecimentos passados ao presente, dando ao aluno oportunidade de compreender a relação histórica no espaço e no tempo.

Consideramos que coexistência seja a palavra que melhor se adequa ao nosso propósito docente, quando pensamos a valorização do patrimônio cultural em múltiplos aspectos, onde a reflexão faz parte do exercício de releitura, identificação e significação das culturas coletivamente, destacando os dados, as paisagens e os sujeitos que contribuem ao patrimônio, para além dos feitos de “pedra e cal”.

A proposta de um e-book vem como recurso para estimular o docente de História e rever seus conceitos e suas práticas, ao mesmo tempo que apresenta informações sobre a história local e provoca a necessidade de pesquisar, de indagar noções históricas como colonialismo, revolução, modernidade e outros que rotineiramente aparecem em impressos ou são divulgados em mídias oficiais do município. A poesia e as ilustrações autorais propõem a liberdade de criação de cada docente, estimulando a quebra de modelos

padronizados de imagens, suscitando a descoberta de novos olhares sobre os patrimônios culturais da cidade.

Sugestões de leituras e propostas de atividades encerram o material produzido, oferecendo aos educadores possibilidades de participação nos debates sobre conceitos e cinco ações educativas, dentro do tema patrimônio cultural, passíveis de adaptações e arranjos, considerando as variáveis de cada ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. CHAGAS, Mário. (Orgs.) *Memória e Patrimônio - Ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2003.

AZEVEDO, Flávia Lemos Mota. CATÃO, Leandro Pena. PIRES, João Ricardo Ferreira. (Orgs.) *Museu – Cidadania, memória e Patrimônio: as dimensões do museu no cenário atual*. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.

BEERBAUM, Alisson Vercelino, BATTISTI, Isabel Koltermann, ZUCHETO, Júlio Diniz. A BNCC e a reforma do Ensino Médio: o movimento entre identidade, cidade, pertencimento e patrimônio. In: TOSO, Cláudia Eliane Ilgenfritz, CALLAI, Helena Copetti, OLIVEIRA, Tarcísio Dorn de, (Orgs.) *A cidade e as múltiplas interações com o Patrimônio, Identidade e pertencimento: Coleção Cidade – conhecer e interpretar para compreender o mundo da vida*. Vol II. Curitiba: CRV, 2020. p. 103-116.

BIONDINI, Isabella Virgínia Freire; STARLING, Mônica Barros de Lima; CARSALADE, Flávio Lemos. A política do ICMS Patrimônio Cultural em Minas Gerais como instrumento de indução à descentralização de ações de política pública no campo do patrimônio: potencialidades e limites. *Cadernos da Escola do Legislativo*, Belo Horizonte, v.16, n.25, p. 133-179, jan./jul. 2014. Acessível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/13260>

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História – fundamentos e métodos*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Constituição Federal (1988). Seção II, Artigo 216, caput, incisos, parágrafos.

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro (org.). *Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 34. Brasília: Iphan, 2011.

DUARTE, Rosângela de Oliveira. *Conhecimento histórico escolar e educação patrimonial no Museu Memorial da Balaiada*. Dissertação de mestrado ProfHistória, UFPA, 2020. Acessível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/598010>

FERREIRA, Marieta. O ensino de História, a formação de professores e a pós-graduação. Anos 90, Porto Alegre, v. 23, n. 44, p. 21-49, dez. 2016. <https://doi.org/10.22456/1983-201X.68383>

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além de pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina. CHAGAS, Mário. (Orgs.) *Memória e Patrimônio - Ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2003. p. 59-79.

FRANCO, Francisco Carlos. *Educação, Patrimônio e Cultura Local: concepções e perspectivas pedagógicas*. Curitiba: CRV, 2019. <https://doi.org/10.24824/978854443160.3>

FUNARI, Pedro Paulo, PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Coleção Passo-a-Passo. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GIL, Carmem Zeli de Vargas. Estágio de Docência em História: Saberes e Práticas na Educação para o Patrimônio. In: GIL, Carmem Zeli de Vargas, TRINDADE, Rhuan

ZALESKI, Targino (Orgs.) *Patrimônio Cultural e Ensino de História*. 1ª Ed. Porto Alegre - RS: Edelbra, 2014. p. 37-51

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina. CHAGAS, Mário. (orgs.) *Memória e Patrimônio: ensaios Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 25-33.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Patrimônio, espaço público e cultura subjetiva. In: TAMASO, Izabela, GONÇALVES, Renata de Sá. VASSALLO, Simone. (Orgs.) E-book: *A Antropologia na esfera pública: patrimônios culturais e museus*. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - UFG. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2019.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan/jun 2005. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832005000100002>

HERMETO, Míriam. OLIVEIRA, Gabriela Dias de. Ação Educativa em museus; produção de conhecimento e formação para a cidadania. In: AZEVEDO, Flávia Lemos Mota de, PIRES, João Ricardo Ferreira, CATÃO, Leandro Pena, (Orgs.) *MUSEU Cidadania, memória e patrimônio: as dimensões do museu no cenário atual*. Belo Horizonte: Crisálida, 2009. p.89-107.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Educação patrimonial – PGM 5 – A multiplicação do Método. Acessível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/educacao_patrimonial.pdf

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: Iphan, 1999.

Iepha / MG. EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL “*Novas Metodologias e Práticas de Difusão*” Parte 1. Acessível em: https://www.iepha.mg.gov.br/images/Curso_ICMS_2019/Apresenta%C3%A7%C3%A3o_CGPC_EP_Luzinete_Parte_2.pdf

Iphan/Ministério da Cultura. (orgs.) HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; QUEIROZ, Adriane. *Guia básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Iphan, 1999.

Iphan/Ministério da Cultura. Educação Patrimonial. Acessível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>

JEUDY, Henry-Pierre. *Espelho das Cidades*. Tradução Rejane Lanowitzter, Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

JÚNIOR, Francisco das C. F. Santiago. De São Paulo a Charlottesville: derrubada e questionamento de monumentos como casos de iconoclastia política da história pública. In: RODRIGUES, Rogério Rosa. BORGES, Viviane. (Orgs.) *História Pública e história do tempo presente*. São Paulo, SP: Letra e Voz, 2021.

MAIA, Fábio Diego Quintanilha. *Meter-se a besta na feitura: passeando, ensinando e aprendendo história em lugares, memórias e patrimônios outros*. Dissertação de Mestrado, UERJ, 2021. Acessível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/700490>

MARCHETTE, Tatiana Dantas. *Educação Patrimonial e políticas públicas de preservação no Brasil*. Curitiba, Intersaberes, 2016.

MARTINS, Walkiria Maria de Freitas, A pena e o compasso: políticas públicas patrimoniais e a produção da paisagem urbana de Viçosa – MG entre 1980 e 2010. 277 f. Dissertação de mestrado em Patrimônio, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa / MG. 2016.

MATTOZZI, Ivo. Currículo de História e Educação para o Patrimônio. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, n. 47. p. 135-155, jun. 2008. <https://doi.org/10.1590/S0102-46982008000100009>

MENESES. José Newton Coelho. *A Vivência e a Musealização da Vida. Experiências, memória social, interpretação do patrimônio cultural e museu*. XXVII Simpósio Nacional de História – Conhecimento histórico e diálogo social. ANPUH. Natal/RN, 22 a 26 ju. 2013. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548874920_a8912046a1004d83692c905e73c95c13.pdf

MENESES. José Newton Coelho. Modos de Fazer e a Materialidade da Cultura “Imaterial”: O caso do Queijo Artesanal de Minas Gerais. *Revista Patrimônio e Memória*. UNESP FCLAs – CEDAP, v. 5, n.2, p. 19-33 - dez. 2009.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 2, n. 1, p. 9–42, 1994. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-47141994000100002>

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. Conferência Magna, In: *I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão - Ouro Preto - MG | 2009– Vol 1. p. 25 – 39*. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Anais2_vol1_ForumPatrimonio_m.pdf

NARLOCHI, Charles. MACHADO, Deusana Maria da Costa. SCHEINER, Teresa. Musealização da natureza e branding parks: espetacularização, mitificação ou sustentabilidade? *Revista Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*. Belém, v. 14, n. 3, p. 981-1001, set.-dez. 2019, Acessível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/9zyZdg9zjjgWYjwXRxD5FNx/?lang=pt>

OLIVEIRA, Tarcísio Dorn. CALLAI, Helena Copetti. MUSSI, Andrea Quadrado. A Arquitetura como expressão da constituição da formação humana. In: TOSO, Cláudia Eliane Ilgenfritz, CALLAI, Helena Copetti, OLIVEIRA, Tarcísio Dorn de, (Orgs.) *A cidade e as múltiplas interações com o Patrimônio, Identidade e pertencimento: Coleção Cidade – conhecer e interpretar para compreender o mundo da vida*. Vol II. Curitiba: CRV, 2020. 2014p. 74-86.

OLIVEIRA, Vânia Maria Abreu de, TOLEDO, Ana Júlia Oliveira, SILVEIRA, Dieison Prestes. A importância de a memória ser escrita, para além de ser oral. In: TOSO, Cláudia Eliane Ilgenfritz, CALLAI, Helena Copetti, OLIVEIRA, Tarcísio Dorn de, (Orgs.) *A cidade e as múltiplas interações com o Patrimônio, Identidade e pertencimento: Coleção Cidade – conhecer e interpretar para compreender o mundo da vida*. Vol II. Curitiba: CRV, 2020. p. 273-280.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. *Ensino de História e Patrimônio Cultural – Um percurso docente*. Jundiaí: Paco, 2017.

PINTO, Helena. A Educação Patrimonial num mundo em mudança. *Revista Educação e Sociedade*. Campinas. v 43. e255379, 2022. p 1- 13. disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/rn7z7jtnh3rx7kksLvHrjmf/>

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POULOT, Dominique. A memória inspiradora. In: *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XIX. Do monumento aos valores*. São Paulo: Estação da 17 Liberdade, 2009.

REZNIK, Luiz. História Local: Pesquisa, ensino e narrativa. Disponível em: http://www.institutocidadeviva.org.br/historiasdomedioparaiba/cms/wp-content/uploads/2008/11/historia_local_reznik.pdf

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: A formação eo sentido do Brasil*. 2ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCIFONI, Simone. Patrimônio e Educação no Brasil: o que há de novo? Dossiê - Identidades, Patrimônios e Educação em perspectiva internacional: questões para o século XXI. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 43, e255310, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.255310>

SILVA Junior, Acioli Gonçalves da. *Educação patrimonial, história local e ensino de história: uma proposta para o trabalho docente*. Dissertação mestrado ProfHistória UFF, 2016. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/173405>

SILVA, Rodrigo Manoel Dias da. Educação Patrimonial e Políticas de Escolarização no Brasil. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 467-489, abr./jun. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/5xJ9jMqNfzFQk4z9PsCBYMd/?lang=pt>

SOUSA, Ronilson de Oliveira. “No tempo do pega”: Lugares e memórias da Balaiada no ensino de História em São Bernardo-MA. Dissertação de mestrado ProfHistória, UFPA, 2020. Acessível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/597467>

UNESCO. 17ª Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. França. 1972. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>

ZUKIN, Sharon. Patrimônio de quem? Cidade de quem? Dilemas sociais do patrimônio cultural na dimensão urbana. Traduzido por Carlos Szlak. In: CYMBALISTA, Renato. FELDMAN, Sarah. KÜHL, Beatriz M. (Orgs.) *Patrimônio Cultural: Memória E Intervenções Urbanas*. São Paulo: Annablume, 2017. p. 25-46.